



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE AGRONOMIA

KALITON PRESTES

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS
AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

CERRO LARGO – RS

2016

KALITON PRESTES

**EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS
AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de bacharel em agronomia da Universidade Federal
da Fronteira Sul Campus *Cerro Largo*.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Leitske Betemps
Coorientador: Prof. Dr. Benedito Silva Neto

CERRO LARGO – RS

2016

KALITON PRESTES

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS
DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

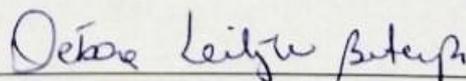
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Leitske Betemps

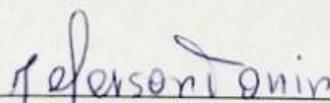
Coorientador: Prof. Dr. Benedito Silva Neto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
01/11/2016.

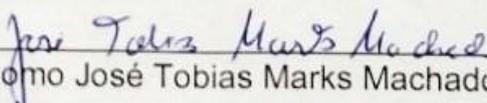
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Débora Leitske Betemps – UFFS



Eng. Agrônomo Jeferson Tonin - UFRGS



Eng. Agrônomo José Tobias Marks Machado – UFRGS

“Minha presença no mundo não é a de quem se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família que sempre esteve ao meu lado nesta trajetória, em especial à minha mãe, Debora, ao meu pai, Francisco e ao meu irmão, Kauã, que apesar das dificuldades não mediram esforços para que eu pudesse concluir essa importante etapa da minha formação. À minha namorada Luana, pela compreensão nos dias de correria e falta de tempo.

Em seguida, gostaria de agradecer à prof.^a Débora Betemps e ao prof. Evandro Schneider pelas orientações acadêmicas, e muitas vezes orientações nos rumos da vida. Ao professor Benedito Silva Neto pela importante orientação inicial, que deram os primeiros elementos basilares para que este trabalho pudesse ser realizado.

Também gostaria de agradecer aos eternos camaradas, Jeferson Tonin e José Tobias Machado, por ter participado da banca de avaliação, pela disponibilidade e pelas contribuições ao trabalho. Da mesma maneira o meu agradecimento especial ao Jorge Atilio Benati, companheiro do movimento estudantil da agronomia, sob o qual passamos juntos uma das mais importantes experiências da nossa trajetória. Igualmente aos amigos já formados, Adrik e Felipe. Todos estes, que mesmo separados pelas circunstâncias da vida, não passam sequer um dia sem dar notícias. À FEAB, ferramenta de luta e organização dos estudantes de agronomia, a qual eu devo boa parte do profissional e da pessoa em que me tornei. Aos companheiros da coordenação nacional na gestão 2015/2016, Atilio, Tábata, William, Evandro, Douglas, Rodrigo, Félix e Hislley.

É importante salientar, que a execução desse trabalho não seria possível sem o apoio e o auxílio do Rodrigo Pettenon, do Sebastião Froes e do Manuel de Deus, por isso estendo a eles os meus sinceros agradecimentos. Da mesma maneira à Lisiane Quevedo, colega de trabalho na REMAF/APL Missões, que foi compreensiva no período em que eu mais precisei me dedicar à formulação do mesmo.

Por fim, gostaria de destacar que ao longo dos anos que estive na graduação, tive a chance de conhecer centenas de pessoas, dezenas de lugares, e aproveitar de forma plena todas as oportunidades que a universidade pública oferece. Nas salas de aula, na pesquisa e extensão e no movimento estudantil. Deste modo, hoje sou fruto de todos esses elementos. Saio com a sensação de dever cumprido, mas ainda comprometido na defesa da UFFS, por compreender a importância dela para o desenvolvimento regional e por mudar a vida de muitas pessoas igual a mim, que não teriam a oportunidade de cursar o ensino superior se o mesmo não fosse público, gratuito e popular.

RESUMO

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

O presente estudo tem por objetivo fazer a reconstituição da dinâmica e diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuí, município localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na Região das Missões. Como metodologia utilizou-se a Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), aplicada como uma ferramenta de diagnóstico e subsídio de elementos, para a formulação de estratégias de intervenção com vistas ao desenvolvimento rural e de estudos acadêmicos da realidade agrária de forma sistêmica. A pesquisa identificou três zonas fisiográficas homogêneas no município de Entre-Ijuí, as Zonas Sócioagroambientais de Mata 01 e 02 e a Zona Sócioagroambiental de Campo. A reconstituição histórica dos sistemas agrários foi realizada de forma separada, para a zona de Mata e zona de Campo, com exceção dos sistemas agrários Indígena e Indígena-jesuíta. Nesse sentido, os demais sistemas para a zona de campo, foram denominados de Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro; Sistema Agrário Fazendas: pecuária extensiva; Sistema Agrário Contemporâneo: Trigo, Soja, Gado. E os da zona de mata foram denominados de Sistema Agrário Colonial Inicial e Sistema Agrário Colonial Contemporâneo. Em relação a diferenciação atual entre os agricultores dividiu-se em cinco tipologias principais conforme a categoria social e o sistema de produção, identificando-se as seguintes: Minifundiário – subsistência/força de trabalho; Familiar – policultura/agroindústria; Familiar – Leite/Grãos mecanização incompleta; Familiar – Leite/Grãos mecanização completa e Patronal – Grãos/gado de corte. Balizando-se pelos elementos levantados pela pesquisa, de modo geral é possível identificar um processo de desenvolvimento e crise na agricultura do município de Entre-Ijuí, onde há uma forte tendência ao êxodo rural e a concentração fundiária que podem afetar de forma negativa o desenvolvimento socioeconômico global. Para reverter esse processo é necessário a intervenção do Estado e de agentes econômicos que compreendam a formulação de projetos ou políticas de desenvolvimento mais compatíveis com as condições atuais dos sistemas de produção entre-ijuienses.

Palavras chave: Sistemas de produção; Desenvolvimento Rural; Espaço agrário.

ABSTRACT

EVOLUTION AND DIFFERENTIATION OF AGRARIAN SYSTEMS OF THE ENTRE-IJUÍIS MUNICIPALITY

The present study aims to reconstitute the dynamics and differentiation of the agrarian systems of the municipality of Entre-Ijuís, a municipality located in the northwest of the state of Rio Grande do Sul, in the Região das Missões. As a methodology was used the Diagnostic Analysis of Agrarian Systems (ADSA), applied as a tool for diagnosis and formulation of intervention strategies in rural development and academic studies of the agrarian reality in a systemic way. The research identified three homogeneous physiographic zones in the municipality of Entre-Ijuís, the Socio-environmental Zones of Mata 01 and 02 and the Socio-environmental Field Zone. In this sense, the historical reconstitution of the agrarian systems was carried out separately, for the zone of Mata and zone of Field, with the exception of the agrarian systems Indigenous and Indigenous-Jesuit. In this sense, the other systems for the field zone were called the Tropeiro-estancieiro Agrarian System; Agrarian System Farms: extensive cattle ranching; Contemporary Agrarian System: Wheat, Soy, Livestock. And those in the forest zone were called the Early Colonial Agrarian System and the Contemporary Colonial Agrarian System. Regarding the current differentiation among farmers, it was divided into five main types according to the social category and the production system, identifying the following: Minifundiary - subsistence / labor force; Familiar - polyculture/agribusiness; Familiar - Milk / Grains incomplete mechanization; Familiar - Milk / Grains complete mechanization and Patronal - Grain / beef cattle. Bearing in mind the elements raised by the research, it is generally possible to identify a process of development and crisis in agriculture in the municipality of Entre-Ijuís, where there is a strong tendency towards rural exodus and concentration of land that can negatively affect development Socioeconomic. To reverse this process is necessary the intervention of the State and economic agents that comprise the formulation of development projects or policies more compatible with the current conditions of the production systems among the inhabitants.

Keywords: Production systems; Rural Development; Agrarian space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa do território de Entre-Ijuís.....	23
Figura 02 – Latossolos pertencentes ao município de Entre-Ijuís.....	26
Figura 03 – Neossolos pertencentes ao município de Entre-Ijuís	27
Figura 04 – Vegetação Natural de Entre-Ijuís	28
Figura 05 – Zonas sócioagroambientais de Entre-Ijuís.....	31

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 01 – Dados da população de Entre-Ijuís	24
Tabela 02 - Valores referentes à renda, pobreza e desigualdade de Entre-Ijuís.	24
Tabela 03 – Valores referentes ao índice de Gini fundiário dos municípios circunvizinhos a Entre-Ijuís.....	25
Gráfico 01 – Evolução do IDHM de Entre-Ijuís	25

SUMÁRIO

1. Introdução	9
1.1 Objetivos	11
1.2 Objetivo geral	11
1.3 Objetivos específicos	11
2. Referencial Teórico	11
2.1 A segunda revolução agrícola dos tempos modernos	12
2.2 A teoria dos sistemas agrários	15
2.3 Análise-diagnóstico dos sistemas agrários (ADSA)	18
3. Procedimentos metodológicos da ADSA	19
3.1 Delimitação e análise global da área de estudo.....	19
3.2 Análise da paisagem e delimitação de zonas homogêneas.....	20
3.3 Análise da formação histórica	21
3.4 Tipologia das unidades de produção	21
4. Informações gerais sobre o município de Entre-Ijuís	22
4.1 Localização	22
4.2 População e condições socioeconômicas	23
4.3 Solo e relevo	26
4.4 Clima	27
4.5 Vegetação Natural	27
5. Leitura de paisagem e as zonas homogêneas do município	28
5.1 Zona Sócioagroambiental Mata 01	28
5.2 Zona Sócioagroambiental Mata 02.....	29
4.4 Zona Sócioagroambiental Campo	30
6. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Entre-Ijuís	30
6.1 Sistema Agrário Indígena	30
6.2 Sistema Agrário Indígena-jesuíta	32
6.3 Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de campo	34
6.3.1 Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro	34
6.3.2 Sistema Agrário Fazendas: pecuária extensiva	36
6.3.3 Sistema Agrário Contemporâneo: Trigo, Soja, Gado	37

6.3 Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de mata	38
6.3.1 Sistema Agrário Colonial Inicial.....	38
6.3.2 Sistema Agrário Colonial Contemporâneo	40
7. Tipologia das unidades de produção	42
6.3 Minifundiário – Subsistência/força de trabalho	42
6.3 Familiar – Policultura/agroindústria	43
6.3 Familiar – Leite/grãos mecanização incompleta.....	44
6.3 Familiar – Leite/grãos mecanização completa	45
6.3 Patronal – Grãos/gado de corte	46
8. As faces da modernização da agricultura entre-ijuiense	49
9. Considerações finais	52
10. Referências Bibliográficas	54

1. INTRODUÇÃO

Olhar pelo retrovisor da história, nos faz perceber que a aplicação de projetos de desenvolvimento agrícola sem o entendimento da complexidade agrária que estão inseridos os sistemas de produção, tem levado inúmeras iniciativas ao fracasso. Além disso, a promoção destes projetos assim concebidos, podem causar uma série de problemáticas de ordem econômica, social e ambiental.

Desta maneira, lastreado através do método Análise diagnóstico dos sistemas agrários (ADSA), este trabalho refere-se à reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Entre-Ijuís, município localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na Região das Missões.

A partir dos elementos levantados é possível perceber que as condições atuais da agricultura no município de Entre-Ijuís, condições estas que extrapolam para a Região Missioneira, ao mesmo tempo em que espelham os efeitos da modernização, dão evidências da crise desse modelo e da precariedade econômica que marca a reprodução das famílias rurais (NIEDERLE e WESZ JUNIOR, 2009). Portanto, a problemática rural desta região e a compreensão da complexidade da realidade agrária exige a implementação de uma nova maneira de ver a relação entre a ciência e a tecnologia que se fundamente em novos métodos e abordagens do desenvolvimento agrícola (FERREIRA, 2001).

Nesse sentido, motivado pela carência de estudos realizados na complexa e dinâmica realidade da agricultura de Entre-Ijuís, este trabalho pretende oferecer uma pequena contribuição para a construção do conhecimento e para a formulação de políticas de desenvolvimento rural adequadas a realidade local. Para que isto seja alcançado, este trabalho objetiva reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários do município, identificar e caracterizar a categoria social dos agricultores e os principais tipos de sistemas de produção praticados, e por fim realizar uma discussão sobre o desenvolvimento da agricultura de Entre-Ijuís, relacionando a dinâmica sócio-econômica municipal e regional e a elaboração de projetos para o desenvolvimento.

Para tanto, a seguir são apresentados o objetivo e os referenciais teóricos que

irão nortear a execução do trabalho, sob o qual inicia-se pela exposição da segunda revolução agrícola dos tempos modernos e suas consequências ao desenvolvimento agrícola do país. Logo após é abordado sobre a teoria dos sistemas agrários, e a análise-diagnóstico de sistemas agrários, principais concepções que irão permitir a realização deste estudo, seguido pelos procedimentos metodológicos da análise que são descritos de forma detalhada.

Na sequência é exposto uma análise global da área de estudo, expondo a localização geográfica do município, a condição sócio-econômica baseada em dados secundários das principais instituições de pesquisa e estatística do país e do estado, os tipos de solo e o relevo predominantes, o clima e a descrição e caracterização da vegetação natural do território entre-ijuiense.

Logo após, através da leitura de paisagem, o município foi dividido em zonas homogêneas conforme a condição sócio-econômica aparente das unidades de produção, infra-estrutura de estradas, vias, instalações e habitação, tipo de solo, tipo de vegetação e divisão fundiária aparente. Fruto desse processo, foram identificadas três zonas sócioagroambientais, duas no extrato fisiográfico correspondente ao bioma Mata Atlântica e uma no extrato fisiográfico correspondente ao bioma Pampa.

Posteriormente realizou-se a reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuís. Etapa dividida em duas partes, sendo que em um primeiro momento tratar-se-á da zona de campo e em um segundo momento da zona de mata, com exceção do Sistema Agrário Indígena e do Sistema Agrário Indígena-jesuíta que não foram divididos, pois ambos ocorreram em ambas as zonas no mesmo período histórico e serão tratados em seus aspectos mais gerais conforme disponibilidade da literatura que trata da história regional.

Em seguida foi realizado a caracterização das principais categorias sociais de agricultores e os seus sistemas de produção presentes no município, agrupadas conforme os diferentes modos de combinar recursos, estrutura fundiária, grau de mecanização, capitalização, etc. Sendo que cada uma é analisada de maneira a tornar claro a sua origem e racionalidade.

Por fim, nos dois últimos capítulos são apresentadas as conclusões deste estudo através da dissertação sobre o desenvolvimento da agricultura entre-ijuiense. Amparado através dos elementos levantados nesta pesquisa, e relacionando com as

bases conceituais que deram origem a este trabalho, são expostas algumas contribuições para a compreensão da diferenciação social presente no campo, e para a elaboração de projetos de desenvolvimento.

1.1 OBJETIVOS

1.2 Objetivo geral

Identificar e reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuís, descrevendo e explicando as principais transformações ocorridas na agricultura ao longo da história.

1.3 Objetivos específicos

- a) Realizar um levantamento através de leitura de paisagem, entrevistas históricas e pesquisa documental sobre a evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuís.
- b) Identificar e caracterizar a categoria social dos agricultores e os principais tipos de sistemas de produção praticados no município.
- c) Através dos elementos observados, dissertar sobre o desenvolvimento da agricultura de Entre-Ijuís, relacionando com a dinâmica sócio-econômica municipal e regional e a elaboração de projetos para o desenvolvimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A segunda revolução agrícola dos tempos modernos

Os acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, foram determinantes para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento agrícola no país calcado na teoria da modernização, processo que foi denominado de “Revolução Agrícola dos Tempos Modernos”,

“Revolução Agrícola Capitalista” ou “Revolução Verde”.

A teoria da modernização corresponde a um conjunto de concepções que, embora muitas vezes divergindo em pontos específicos, propõe um esquema teórico que defende a incorporação de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura, especialmente na América Latina, como o principal mecanismo de desenvolvimento da agricultura (SILVA NETO et. al.,1997).

Graziano da Silva (1996) ainda expõe que o termo modernização da agricultura é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as modificações intensas da produção no campo e das relações capital *versus* trabalho.

Esse modelo foi propagado no Brasil com o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas, e só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor por meio de investimentos, como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com a função de fornecer crédito a baixo custo para custeio das atividades agrícolas, e ainda de forma complementar criou-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que asseguravam, respectivamente, um preço mínimo de comercialização, assim como um seguro no caso de frustração de safras em função de adversidades climáticas. A criação de órgãos como EMBRAPA para a realização de pesquisas agropecuárias, e a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a execução da extensão rural e difusão das tecnologias. (MATOS e PESSOA, 2011; BELIK & PAULILO, 2001; CARDOSO, 1994; FRANTZ, 1982).

No entanto, o referido programa de desenvolvimento se deu principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais, com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos (TEIXEIRA, 2005).

A previsão do início dos anos 70 de que o Brasil se transformaria numa grande potência agrícola foi confirmada (TONNEAU et. al., 2005). Durante o ano de 2015, as exportações agrícolas somaram US\$88,2 bilhões, tendo um saldo superavitário na balança comercial de US\$ 75,15 bilhões, de forma que o setor agrícola tornou-se responsável por 46,2% das exportações (AgroStat/MAPA, 2016).

Contudo, apesar dos números, o quadro que se forma no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais (TEIXEIRA, 2005).

O processo de diferenciação ocorrido durante a implementação do projeto de modernização da agricultura no Brasil foi muito semelhante a outros países, aos quais Mazoyer e Roudart (1997) atestam:

[...] a cada etapa desse desenvolvimento desigual, investiu-se apenas nos estabelecimentos cuja produtividade se achava acima do limiar de renovação e nelas investiu-se ainda mais visto que a produtividade era mais elevada. A cada etapa do desenvolvimento, as desigualdades iniciais foram ampliadas pelas desigualdades suplementares, que eram por si só, função dessas desigualdades iniciais. Desse modo, os estabelecimentos e as regiões inicialmente mais favorecidas investiram e progrediram mais do que as outras, e, em cada etapa, encontraram-se sempre com mais vantagens. Por esta razão não basta falar apenas de desenvolvimento desigual entre estabelecimentos e regiões, pois é preciso falar de *desenvolvimento desigual cumulativo* (MAZOYER e ROUDART, 1997, p. 481).

A insistência na adoção de tecnologias de produção, muitas vezes descontextualizadas das realidades socioeconômicas e ecológicas destes produtores, induziu muitos projetos e programas de desenvolvimento para o meio rural a incorrerem em fracassos parciais ou mesmo totais (FIGUEREDO e MIGUEL, 2007).

Assim sendo, pode-se constatar que o processo de modernização esboçado acima ensejou um padrão específico de desenvolvimento rural muito diferente de concepções anteriores. Esse padrão basicamente estava ligado à ideia de transformação radical das relações sociais na agricultura e no rural brasileiro (NEVES et al., 2011). Nesse sentido, Almeida (2009) cita quatro noções de desenvolvimento no processo de modernização:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da

produção, da dependência a montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 2009, p. 39-40).

Tudo isso induziu uma série de questões hoje centrais na discussão da modernização e do desenvolvimento rural. Não se atentou para as consequências ambientais do avanço das fronteiras agrícolas, e do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, a diminuição da área verde e da biodiversidade e o uso predatório dos recursos hídricos nas grandes propriedades de monocultivo (NEVES et. al., 2011).

Salienta-se ainda, que para além das questões ambientais, Silva Neto e colaboradores (1997) chamam atenção para uma questão fundamental na discussão do processo de modernização e suas consequências para o desenvolvimento agrícola: o valor agregado como principal medida da produção global.

[...] um aumento na produção global corresponde a um aumento da produção por pessoa, considerando-se todos os habitantes de uma dada região. Um simples aumento da produtividade do trabalho das pessoas empregadas, pode não ser suficiente para que haja um progresso da produtividade global. Para tanto é necessário conciliar minimamente o aumento da produtividade do trabalho com a manutenção do nível de emprego de mão-de-obra (SILVA NETO et. al., 1997, p.13).

Nesse sentido, impacta negativamente sobre a produção agrícola global, o que descreve Graziano da Silva (2000) como consequência do processo de modernização: “[...] a estrutura fundiária evolui em um sentido concentrador e excludente, dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais. ” Teixeira (2005) também pontua seguindo na mesma linha: “[...] os trabalhadores que são “expulsos” do campo formam uma imensa massa de sem-terras, que aos poucos, se movimentam para as áreas urbanas, acentuando o êxodo rural [...], o problema da moradia, do desemprego e, conseqüentemente, da miséria. ”

Portanto, de acordo com Frantz e Silva Neto (2005), os mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento rural são: a densidade demográfica e o valor agregado gerado pela agricultura, sendo que ambos estão relacionados com a intensidade do uso da terra. Nesta mesma linha, Henning (2011) também argumenta,

que o desenvolvimento rural é reconhecido como o fruto da dinâmica de seu sistema agrário, onde a produção agropecuária seja suficientemente intensiva, capaz de gerar alto valor agregado e a renda seja eficientemente distribuída de forma equitativa para manter a população no meio rural, fator que potencializa fortemente a demanda de bens e serviços de atividades não agrícolas.

2.2 A teoria dos sistemas agrários

A teoria dos sistemas agrários foi desenvolvida na França, no Instituto Nacional de Agronomia Paris/Grignon, com o objetivo de criar um corpo de conhecimentos capaz de se constituir numa base conceitual teórica e metodológica a quem quer que tenha por objetivo intervir no desenvolvimento social, agrário e agrícola (MERTZ, 2004).

A utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não somente das propriedades de seus elementos constitutivos, mas, sobretudo, de suas inter-relações (MAZOYER e MIGUEL, 2009).

Segundo Mazoyer e Roudart (1997) a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. Definição complementada ainda por Mazoyer e Miguel (2009), a agricultura, em seu sentido amplo, é uma atividade social de produção de bens obtidos pela exploração da fertilidade útil de um meio que contém geralmente populações de espécies domesticadas ou não, sendo um objeto observável, entrevistável, complexo, variável, de um local a outro, de uma época a outra, composta de múltiplas formas no presente e no passado e um objeto relativamente impossível de empreender e descrever em sua totalidade.

As formas de agricultura observáveis aparecem assim, como objetos muito complexos, que podemos, todavia, analisar e conceber em termos de sistema (MAZOYER e ROUDART, 1997), sendo que os processos de diferenciação técnica e econômica entre as unidades de produção agropecuária constituem-se em uma das principais características da agricultura, o que lhe confere uma alta complexidade (SILVA NETO et. al., 2007).

Garcia Filho (1999) também expõe que um primeiro fator de complexidade dos sistemas agrários advém dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas (solo, clima, tecnologias, preços agrícolas). Conforme o mesmo autor, a complexidade reside também no fato de que essas sociedades são diferenciadas, isto é, são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si, sendo que a evolução de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que se relacionam entre si.

É indispensável, portanto, estudar as realidades agrárias de um modo sistêmico e dinâmico, dando especial atenção às interações locais, procurando elucidar suas origens e efeitos, para alcançar um acúmulo suficientemente aprofundado de conhecimentos sobre as trajetórias de desenvolvimento rural (SILVA NETO et. al., 2007).

A teoria dos sistemas agrários disponibiliza os elementos teóricos capazes de apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura implementadas pela humanidade (MAZOYER e ROUDART, 2009).

A compreensão de um sistema agrário oriundo das ciências geográficas é descrito por Deffontaines et. al. (2000 apud MIGUEL, 2009) como sendo um objeto de análise e observação que é o produto das relações, em um momento e em um território, de uma sociedade rural com seu meio.

Para Maigrot e Poux (1991, apud MIGUEL, 2009), o conceito de sistema agrário é o mais apto a restituir a região no seu conjunto e a sua dinâmica, além de ser um conceito onde se encontram as ciências necessárias para a concepção de projetos de desenvolvimento: econômico, socioeconômico, geografia, história e agronomia.

Já para Mazoyer (1986, apud Miguel, 2009) um sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento.

Silva Neto e Basso (2005) também contribuem argumentando que o sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados

como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular, portanto, um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado.

O estudo dos sistemas agrários encontra-se baseado, principalmente, em observações diretas (da região e da agricultura), apoia-se também em observações relatadas por outros, através de questionários abertos, sem, contudo, prescindir dos conhecimentos históricos, geográficos, agronômicos, econômicos e antropológicos (MERTZ, 2004).

Analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema, é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes (MAZOYER e ROUDART, 1997).

Neste sentido, considera-se que os elementos estariam agrupados em dois subsistemas definidos como sendo o agroecossistema e o sistema social produtivo (OLIVEIRA, et. al. 2009).

Segundo Silva Neto e Basso (2005) o agroecossistema ou ecossistema cultivado corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Na mesma linha, Mazoyer e Roudart (2001) explicam que o ecossistema cultivado possui uma organização, composta por vários subsistemas complementares e proporcionais, como, por exemplo, as terras cultiváveis, os campos de colheita, as pastagens e as florestas, sendo que cada um desses subsistemas é organizado, cuidado e explorado de uma maneira particular contribuindo para a satisfação das necessidades dos animais domésticos e dos homens.

Sobre o sistema social produtivo, Silva Neto e Basso (2005) argumentam que o mesmo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados. Mazoyer e Roudart (1997) ainda complementam expondo que a categoria social de uma exploração define-se pelo estatuto social de sua mão-de-obra (familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal), pelo estatuto do agricultor e por seu modo de acesso à terra (livre acesso às terras comunais, reserva senhorial, posses servis,

exploração direta, parceria, arrendamento...) e pela dimensão da propriedade.

2.3 Análise-diagnóstico dos sistemas agrários (ADSA)

A operacionalização do conceito de sistemas agrários no estudo de uma realidade agrária ou de uma forma de agricultura é realizada basicamente através da realização de um diagnóstico de sistemas agrários, também chamado “análise-diagnóstico de um sistema agrário” (MIGUEL, 2009)

Tal método foi elaborado especificamente para ser aplicado em países do “terceiro mundo”, cujos complexos problemas agrícolas, normalmente associados a técnicas pouco usuais em relação aos padrões ocidentais e a grandes dificuldades de intervenção do poder público, tornam a elaboração de projetos de desenvolvimento, uma tarefa extremamente difícil (SILVA NETO, 2007).

Dufumier (2007) ainda argumenta que a análise-diagnóstico das realidades agrárias tem por objetivo principal identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos) que mais condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreender como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura.

Segundo Garcia Filho (1999), o método aqui discutido baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular, começando pelos fenômenos e pelos níveis de análises mais gerais (mundo, país, região, etc.), terminando nos níveis mais específicos (município, localidade e unidade de produção) e nos fenômenos particulares (cultivos, criação, etc.).

Para realizar um diagnóstico agrário é imprescindível ter informações básicas e pertinentes sobre a situação internacional, nacional e regional, antes de analisar pormenorizadamente a zona de estudo e das distintas unidades de produção (FIGUEREDO e MIGUEL, 2007).

Sempre que possível, também é conveniente estratificar a realidade observada, em conjuntos relativamente homogêneos e contrastados do ponto de vista do desenvolvimento agrícola, assim deve-se recorrer, com frequência, à elaboração de zoneamentos, classificações e tipologias, tentando-se destacar para cada caso, os “fatores” de diferenciação que permitiram definir as zonas, os grupos e os tipos

identificados (DUFUMIER, 2007).

As dificuldades encontradas para a implantação de muitos projetos de desenvolvimento agrícola têm se originado, em muitos casos, no estudo isolado dos componentes de uma agroecossistema, portanto, questionamentos sobre o desenvolvimento rural e sua intervenção estimularam buscar no enfoque sistêmico uma alternativa para o setor agropecuário para tentar melhorar o entendimento bem como analisar os diferentes sistemas de produção agropecuária que existem em um determinado local (FIGUEREDO e MIGUEL, 2007).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Delimitação e análise global da área de estudo

A primeira etapa da ADSA consiste na identificação do espaço geográfico no qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antrópico se articulam entre si de maneira organizada e finalizada. O espaço geográfico deve ser necessariamente definido e delimitado de maneira clara e precisa pelo pesquisador (MIGUEL, 2009).

Apesar de o estudo ser delimitado em uma região pré-definida, Garcia Filho (1999) salienta que uma região raramente é homogênea. Ela pode ser composta de espaços que apresentam características ecológicas distintas ou ter sido ocupados de forma diferenciada. Portanto, numa primeira aproximação da área de estudo, deve ser realizado um levantamento de documentos históricos, estatísticos e cartográficos. O objetivo é resgatar informações referentes ao tipo de solo, clima, estrutura fundiária, relevo, dados demográficos e limites do município (FERREIRA, 2001).

Esses dados constituem-se num importante apoio às distintas etapas do trabalho, cujos indicadores auxiliam na identificação, caracterização e delimitação dos principais contrastes relacionados ao agroecossistema e do sistema social produtivo (SILVA NETO, et. al. 2007).

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, as informações foram obtidas através de pesquisa em documentos disponíveis no município, bem como a partir de entrevistas realizadas nas seguintes entidades: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – EMATER/RS, Prefeitura Municipal, Biblioteca Municipal,

Fundação de Economia Estatística do Rio Grande do Sul – FEE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2 Análise da paisagem e delimitação de zonas homogêneas

São as paisagens agrárias que oferecem as primeiras informações importantes para o diagnóstico. Observando-as, pode-se obter mais do que por meio dos documentos existentes, informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente e sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas e, também, questionar-se sobre as razões históricas dessas diferenças (GARCIA FILHO, 1999).

A leitura da paisagem do município de Entre-Ijuís foi realizada percorrendo-se a totalidade da região de estudo. Iniciando pelos aspectos mais gerais, procurando-se identificar os principais agroecossistemas existentes, através das grandes formas de relevo, das principais formações vegetais e dos diferentes territórios agrícolas.

Silva Neto (2007) também propõe que deve ser observada a estrutura fundiária aparente (densidade de habitações), as técnicas e práticas utilizadas (pelas máquinas e implementos, e pelos tipos de culturas e criações), a infraestrutura social e produtiva (estradas, rede de energia elétrica, postos de saúde, escolas, água encanada, aparente grau de capitalização – moradias, benfeitorias máquinas e implementos –, considerando tipo, localização, estado de conservação, etc.).

A análise dos documentos cartográficos, a leitura das paisagens agrárias e as pesquisas exploratórias podem completar-se mutuamente para delimitar as zonas relativamente homogêneas do ponto de vista da dinâmica da evolução da agricultura. Os contornos de cada uma das zonas assim identificadas podem finalmente corresponder a demarcações e a limites de natureza muito diferente (topográfica, climática, demográfica, étnica...) segundo os lugares: o zoneamento não deve limitar-se exclusivamente aos aspectos agroecológicos, mas deve contemplar também as múltiplas variáveis socioeconômicas (DUFUMIER, 2007).

3.3 Análise da formação histórica

A diversidade do modo de exploração do agroecossistema, constatada na leitura da paisagem, é fruto da evolução histórica, das transformações ecológicas, das relações sociais e das técnicas agrícolas adotadas pelos produtores rurais. Portanto, por meio da análise dessa história é possível explicar a heterogeneidade do desenvolvimento da agricultura local, assim como discernir os processos de diferenciação social dos agricultores a ela associados (GARCIA FILHO, 1999).

As hipóteses preliminarmente formuladas na leitura da paisagem foram verificadas através de entrevistas, com questões semiabertas, informais e individuais, com informantes-chave (selecionam-se estas pessoas com base no seu conhecimento da região, geralmente os agricultores mais antigos) que, tendo em vista os seus conhecimentos, tem condições de fornecer elementos que auxiliem a explicar os fenômenos observados (FERREIRA, 2001).

Dufumier (2007) argumenta ainda que é desejável começar essas pesquisas de campo pedindo uma explicação sobre como e em que condições foram implantados os diferentes conjuntos observados na paisagem agrária. Mas o importante é poder assinalar rapidamente as relações de causa e efeito na cronologia dos acontecimentos relatados, dispensando uma grande atenção às ligações que podem existir entre os fenômenos de ordem ecológica, técnica e socioeconômica.

3.4 Tipologia das unidades de produção

A tipologia das unidades de produção agropecuária (UPA) tem por objetivo representar e tornar inteligível a diversidade local encontrada na análise da formação histórica da agricultura, consistindo em classificá-las segundo suas características semelhantes, agrupando-as com base em duas variáveis principais: a categoria social do agricultor e o sistema de produção predominantemente praticado (SILVA NETO, et. al. 2007).

Essas diferenças se traduzem em evoluções distintas e em níveis desiguais de capitalização e também em critérios distintos de decisão e de otimização dos recursos disponíveis (GARCIA FILHO, 1999). Portanto, a realidade pesquisada é que

determina e condiciona os critérios mais adequados para agrupar os agricultores. Igualmente não existe uma fronteira rígida dividindo cada tipo de agricultor (FERREIRA, 2001).

Sobre a categoria social, Garcia Filho (1999) salienta que na maior parte dos estudos realizados pela FAO, foram identificados três grandes tipos. Em um polo, encontram-se as unidades capitalistas, que dispõem de áreas extensas e cujos proprietários não trabalham diretamente na produção, realizada exclusivamente por trabalhadores rurais assalariados. No outro polo, situam-se as unidades familiares, nas quais o trabalho é quase exclusivamente familiar. E entre os dois polos, estão as unidades patronais, nas quais a produção é realizada pela família e, simultaneamente, por trabalhadores assalariados, sejam eles permanentes ou temporários. Ainda há uma quarta categoria social denominada de minifundiários. Estes caracterizados por não conseguirem alcançar o nível de reprodução social apenas com a renda agrícola, tendo que vender a sua mão-de-obra fora da unidade de produção.

Podemos também distinguir e agrupar os sistemas de produção, isto é, diferentes modos de combinar os recursos disponíveis para obter diferentes produções, sendo que em primeiro lugar, deve-se analisar cada um dos principais sistemas de produção, explicar a sua origem e a sua racionalidade. Isso requer um estudo aprofundado das práticas agrícolas e econômicas de cada grupo de agricultores, isto é, das técnicas, das variedades utilizadas, dos “consorciamentos” e das sucessões de culturas, etc., buscando relacioná-las aos recursos de que dispõem os agricultores e às condições socioeconômicas e ambientais nas quais trabalham (GARCIA FILHO, 1999).

4. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

4.1 Localização

O estudo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários será realizado em Entre-Ijuís, município emancipado em 1988 e situado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, posicionado aproximadamente na latitude 28° 38' sul e longitude 54° 28' oeste. Conta com uma área de 552,6 km² de forma que encontra-se elevado 215 metros acima do nível do mar.

Os limites territoriais do município de Entre-Ijuís atualmente, se dão, ao norte com o município de Santo Ângelo, ao leste com o município de Coronel Barros, ao Sudeste com o município de Eugênio de Castro, ao Sul e Sudoeste com o município de São Miguel das Missões e ao Oeste com o município de Vitória das Missões.

Figura 01 – Mapa do território de Entre-Ijuís.



Fonte: Google Maps (2016).

Nota: Mapa elaborado pelo autor.

4.2 População e condições socioeconômicas

Possuindo cerca de 8.938 habitantes (Tabela 01), o município apresenta 4.893 residentes na zona urbana e 4.045 residentes na zona rural, ou seja, 45,3% da população reside nas comunidades do interior. Nesse cenário é importante salientar

que 3.172 residentes da zona rural são ocupados na agricultura familiar, que conta com 1.381 estabelecimentos rurais e 1.052 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas (IBGE, 2010; MDA, 2015). Porém há um decréscimo na população rural nas últimas duas décadas de 18%.

Tabela 01 – Dados da população de Entre-Ijuís.

População	1991	%	2000	%	2010	%
Rural	6.258	63	5.262	54	4.045	45
Urbana	3.697	37	4.440	46	4.893	55
Total	9.955	100	9.702	100	8.938	100

Fonte: IBGE (2000, 2010), FEE (2010)

Nota: Tabela elaborada pelo autor.

O índice de Gini da renda do município (Tabela 02), que apresenta os dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas, no ano de 2000 era de 0.52, sendo que em 2010 esse número reduziu para 0.47, melhorando a distribuição da renda entre a população. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 33,96%, em 2000, para 13,51%, em 2010 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016).

Tabela 02 – Valores referentes à renda, pobreza e desigualdade de Entre-Ijuís.

Ano	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	321,07	594,67
% de extremamente pobres	13,91	3,87
% de pobres	33,96	13,51
Índice de Gini (Renda)	0,52	0,47

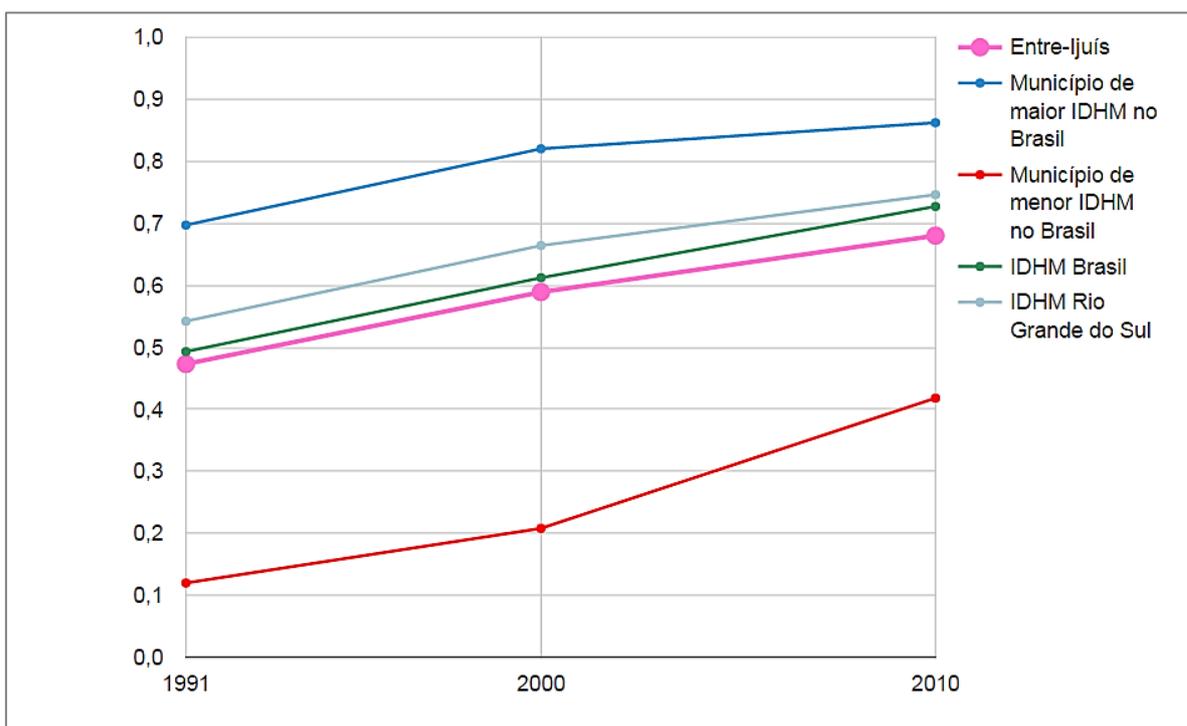
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2016).

Nota: Tabela elaborada pelo autor.

Da mesma forma ocorreu com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Em 2000 o IDHM de Entre-Ijuís

era de 0.589 e em 2010 chegou a 0.680, sendo classificado como médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,692, e de Educação, com índice de 0,548 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016).

Gráfico 01 – Evolução do IDHM de Entre-Ijuís.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2016).

No que se refere a questão fundiária do município de Entre-Ijuís (Tabela 03), foi tomado como referência o índice de Gini fundiário, que se insere no intervalo de 0 a 1, quanto maior for a concentração das terras, mais próximo o índice estará de 1. Nesse sentido foi comparado os valores com os municípios circunvizinhos, e de acordo com Freitas (1983), a categoria superior a 0,6 estão enquadrados dentro da faixa de concentração fundiária média a forte.

Tabela 03 – Valores referentes ao Índice de Gini fundiário dos municípios circunvizinhos à Entre-Ijuís.

Município	Gini fundiário
-----------	----------------

São Miguel das Missões	0,647
Eugênio de Castro	0,646
Entre-Ijuís	0,622
Santo Ângelo	0,574
Vitória das Missões	0,483
Coronel Barros	0,474

Fonte: INCRA, NEAG/UFRGS (2012).

Nota: Tabela elaborada pelo autor.

4.3 Solo e relevo

Segundo levantamento e classificação de solos realizado por Streck et. al. (2008), o solo do município de Entre-Ijuís pertence a Unidade de Mapeamento Santo Ângelo e é predominantemente formado por Latossolos e em seguida por Neossolos, sendo que a litologia dominante é de rochas basálticas e sedimentos derivados das mesmas, em relevo suave ondulado e ondulado.

Os Latossolos (Fig. 02) são solos profundos, podendo alcançar vários metros de profundidade, e, geralmente, possuem altos teores de argila e baixo conteúdo de areia. A fração argila protege fisicamente a MO do ataque microbiano, sendo solos propícios a acumular carbono orgânico, desde que manejados corretamente. A mineralogia da fração argila destes solos é bem desenvolvida, apresentando predomínio de caulinita, óxidos e hidróxidos de Fe e Al. O grau de intemperismo avançado faz com que a acidez destes solos seja elevada e a reserva mineral seja praticamente nula. No entanto, o alto teor de argila associado com a MO favorece a agregação do solo induzindo à uma boa taxa de infiltração e retenção de água e grande capacidade de suporte de carga (FINK e PEDRON, 2015).

Figura 02 – Latossolos pertencentes ao município de Entre-Ijuís.



Fonte: Arquivo do autor.

Nota: (A) Carajazinho (B) São João Batista (C) Esquina Primavera.

Os Neossolos (Fig. 03) são solos rasos e que ocorrem, geralmente, em áreas de declividade acentuada, sob relevo ondulado a montanhoso. Estes solos apresentam um perfil pouco desenvolvido, ou seja, são muito rasos. A principal dificuldade para cultivar os Neossolos, principalmente os da subordem Litólico, é o armazenamento de água no solo, devido sua baixa capacidade de retenção de água e disponibilização às plantas em momentos de restrição hídrica. As características químicas e a fertilidade destes solos apresentam grande variabilidade, sendo condicionadas pelo acúmulo de MO na superfície. No geral os Neossolos da região em questão apresentam alta capacidade de troca de cátions (CTC) e alta saturação por bases, sendo por isso, muito procurados para o cultivo agrícola. Entretanto, estes solos ocorrem nas porções mais declivosas da paisagem, fato que promove uma série de limitações ao seu cultivo e preservação (FINK e PEDRON, 2015).

Figura 03 – Neossolos pertencentes ao município de Entre-Ijuís.



Fonte: Arquivo do autor.

Nota: (A, B) Rincão da Cachoeira (C) Serra de Baixo.

4.4 Clima

Segundo a classificação climática de Köppen, o clima do Estado do Rio Grande do Sul é do tipo Cfa e Cfb. O Cfa predomina na maior parte do Estado, incluindo a Região das Missões e o município de Entre-Ijuís.

A classificação "Cfa" indica um clima subtropical, que se caracteriza por apresentar chuvas durante todos os meses do ano e possuir a temperatura do mês mais quente superior a 22°C, e a do mês mais frio superior a 3°C.

A precipitação anual da região e dos municípios circunvizinhos a Entre-Ijuís varia em torno de 1.700mm a 1.800mm, sendo que os picos das chuvas se concentram nos meses de outubro a fevereiro. Apesar disso, são registrados nos

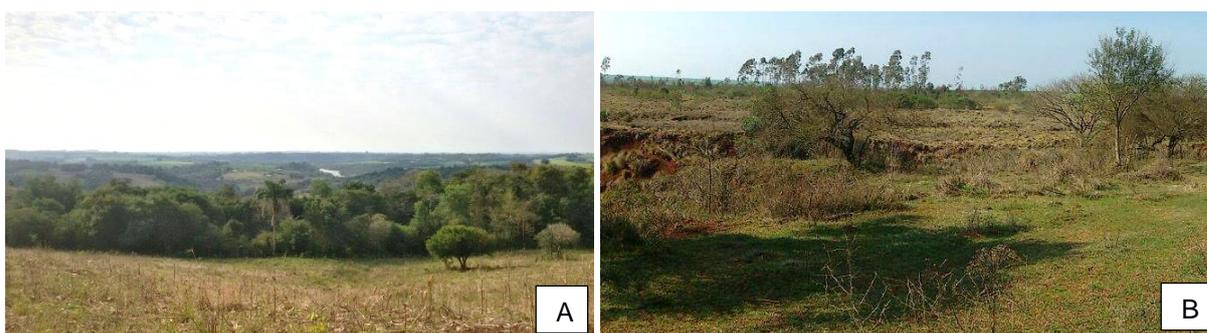
últimos anos déficit nas precipitações principalmente nos meses de dezembro e janeiro.

4.5 Vegetação Natural

O município de Entre-Ijuís localiza-se em uma zona de transição de dois biomas presentes no estado do Rio Grande do Sul, o bioma Mata Atlântica e o bioma Pampa, descrito por Miguel (2013) como sendo a característica condicionante para a divisão de duas grandes linhas evolutivas dos sistemas agrários gaúchos, a “Região de Campos” e a “Região de Florestas”. No município ambas são identificadas ao longo do território, contudo bastante descaracterizadas devido à ocupação e ao uso do solo.

A vegetação característica do bioma Mata Atlântica é encontrada na parte norte do município, entre as encostas do Rio Ijuí e Rio Ijuzinho, com presença de floresta ombrófila densa, normalmente composta por um extrato vegetal de dois patamares, sendo o mais alto com árvores de estatura média de 20m e o inferior com presença massiva de arbustos. Já o bioma Pampa está presente na parte sul do município, em relevo suave ondulado de campo. Nas áreas ainda preservadas é possível observar a vegetação rasteira predominantemente formada por gramíneas e árvores de pequeno porte.

Figura 04 – Vegetação Natural do município de Entre-Ijuís.



Fonte: Arquivo do autor.

Nota: (A) Serra de Baixo - Mata Atlântica; (B) Carajzinho - Pampa.

5. LEITURA DE PAISAGEM E AS ZONAS HOMOGÊNEAS DO MUNICÍPIO

A leitura de paisagem realizada no município foi executada percorrendo a totalidade do território de Entre-Ijuís, observando os mosaicos compostos pelas unidades distintas de agroecossistemas, suas manchas, mesclas e fragmentos. Áreas com atividade antrópica, resultante de atividades agropecuárias, inserções urbanas e de serviços. Condição sócio-econômica aparente, infra-estrutura de estradas, vias, instalações e habitação, tipo de solo e de vegetação e divisão fundiária aparente.

O objetivo desse processo é a delimitação das zonas homogêneas do município, classificadas em diferentes tipos de Zonas Sócioagroambientais, que diferem-se entre si pelas condicionantes citadas anteriormente.

5.1. Zona Sócioagroambiental Mata 01

A Zona Sócioagroambiental Mata 01 localiza-se ao extremo norte do município, abrangendo as comunidades rurais situadas às margens do Rio Ijuí até próximo a BR-285. Essa Zona caracteriza-se pela predominância de pequenas Unidades de Produção Agropecuárias. As áreas de cultivo são compostas por culturas anuais, como soja, trigo e milho, mas também é muito presente o cultivo de hortaliças e frutíferas, além da criação de pecuária de leite e agroindústrias de pequeno porte.

A vegetação característica é a do bioma Mata Atlântica, com diversos capões de mata ainda nativos. O solo predominante é o Neossolo Regolítico, porém em algumas manchas do mosaico há a presença de Neossolo Litólico com afloramento de rochas e de Latossolo. O Relevo é forte ondulado próximo às margens do Rio Ijuí sendo que na medida em que se aproxima da BR-285 este se modifica para ondulado à suave ondulado.

O grau de capitalização aparente é o menor dentre as três zonas, pois a mecanização é incompleta na maioria das propriedades rurais. É importante salientar que a infra-estrutura das estradas vicinais é precária em diversos lugares e a habitação rural (casas e galpões) são simples e de pequeno porte, na maioria das vezes carecendo de manutenção.

5.2. Zona Sócioagroambiental Mata 02

A Zona Sócioagroambiental Mata 02 apresenta uma maior diversidade em termos de estrutura fundiária aparente, pois existem áreas cultivadas mais extensas comparando-se com a Zona Sócioagroambiental Mata 01.

Localizada no centro do município, entre a BR-285 e as divisas com Coronel Barros e Eugênio de Castro, a Zona Mata 02 é marcada pela transição de biomas, contudo suas características são mais semelhantes ao bioma Mata Atlântica. As áreas de mata nativa são menores que a Zona Mata 01 devido às atividades agropecuárias.

O solo predominante é o Latossolo Vermelho, com algumas manchas de Neossolo Regolítico e Neossolo Litólico minoritárias. O relevo é ondulado e suave ondulado à medida que se aproxima dos limites com ambos os municípios circunvizinhos. As áreas exploradas pela agropecuária são majoritariamente para o cultivo de culturais anuais, como soja, milho e trigo e pastagens para a pecuária leiteira.

5.3. Zona Sócioagroambiental Campo

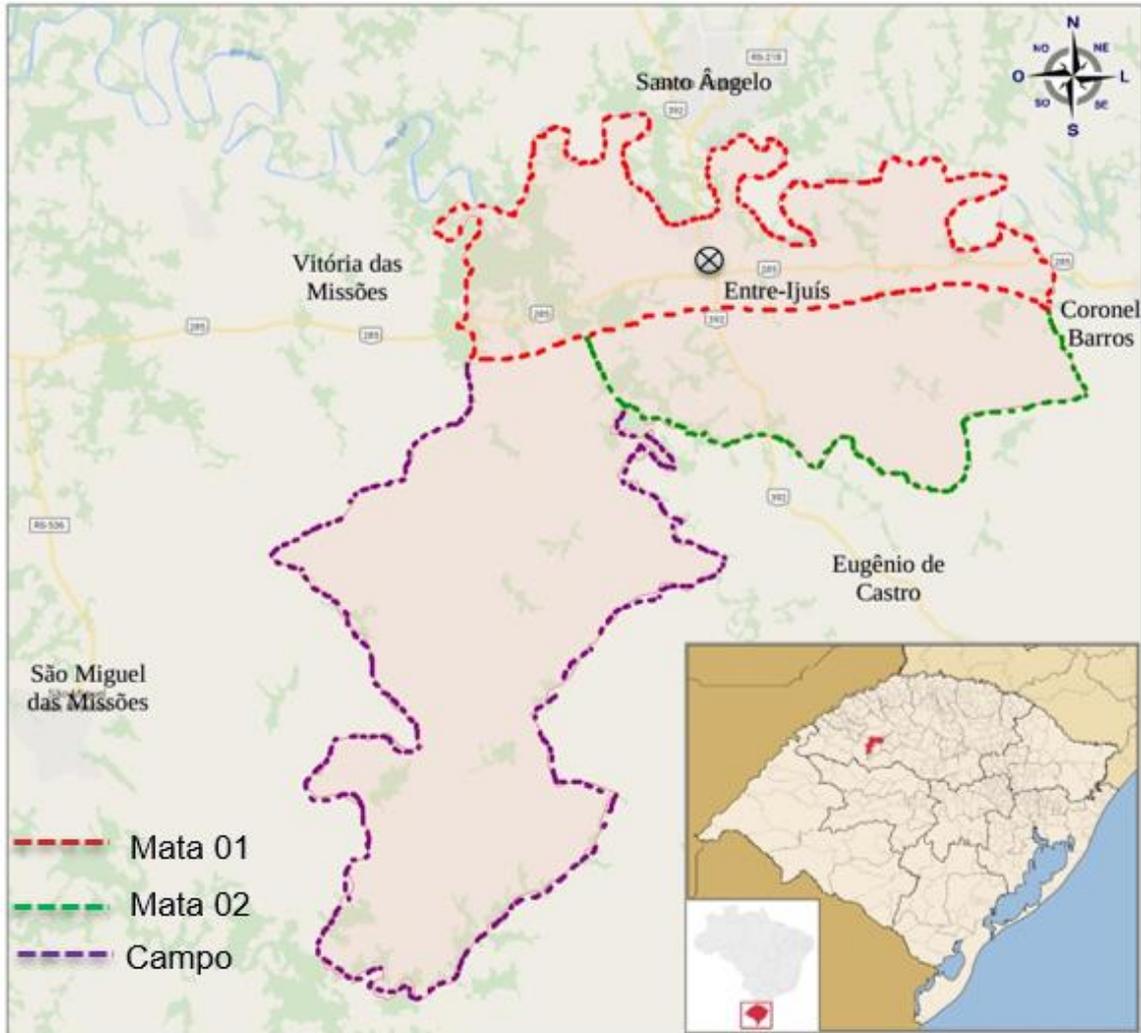
A Zona Sócioagroambiental Campo localiza-se do centro do município em direção ao extremo sul do mesmo, fazendo divisa com Eugênio de Castro, São Miguel das Missões e Vitória das Missões. A atividade central nessa região é o cultivo de culturas anuais, como soja, trigo e milho e pecuária de corte, sendo que sua estrutura fundiária aparente é de grandes extensões de área cultivada.

O solo desta zona é o Latossolo Vermelho com um relevo suave ondulado. A vegetação natural é característica do bioma Pampa, porém é raro ainda encontrar um campo nativo com gramíneas, plantas herbáceas e árvores de pequeno porte devido ao alto grau de antropização, que as condições de solo profundo, não pedregosos e relevo suave ondulado permitem.

A agricultura local aparentemente caracteriza-se por ser muito capitalizada, sendo que a maioria das unidades de produção possui mecanização completa para as atividades agropecuárias. Contudo, também há a presença de unidades de produção e agrupamentos com aparente vulnerabilidade socioeconômica. É importante destacar, que a utilização de silos graneleiros nas propriedades para

estocar a produção agrícola anual é recorrente, junto à diversas empresas cerealistas que mantêm unidades de recebimento de grãos nesta zona.

Figura 05 – Zonas sócioagroambientais de Entre-Ijuís.



Fonte: Google Maps (2016).

Nota: Elaborado pelo autor.

6. EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE ENTRE-IJUIS

A reconstrução da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuís, será dividida em duas partes, sendo que em um primeiro momento tratar-se-á da zona de campo e em um segundo momento da zona de mata, com exceção do Sistema Agrário Indígena e do Sistema Agrário Indígena-jesuíta que não foram divididos, pois ambos ocorreram em ambas as zonas no mesmo período

histórico e serão tratados em seus aspectos mais gerais conforme disponibilidade da literatura que trata da história regional.

6.1. Sistema Agrário Indígena (Século V – 1626)

O Sistema Agrário Indígena, teve início com a colonização do espaço agrário gaúcho por populações pré-colombianas de caçadores/coletores (especialmente do grupo Gês), aos quais se juntaram, mais recentemente, populações indígenas de agricultores/caçadores (especialmente Tupi-Guaranis) (MIGUEL, 2009).

Os Gês possivelmente eram os mais antigos habitantes da banda oriental do Rio Uruguai. É possível que essas tribos começaram a se instalar no atual Estado do Rio Grande do Sul por volta do século II a.C., contudo, no início dos primeiros séculos d.C., foram expulsos pelos Guaranis da região posteriormente denominada Sete Povos das Missões (PADILHA e TRENTIN, 2004).

O processo de ocupação do território das Missões pelos índios Guaranis, que segundo Silva Neto e Frantz (2005) foram os primeiros cultivadores, foi em meados do século V, praticavam a agricultura utilizando-se de técnicas de derrubada e queimada para o cultivo da mandioca, milho, batata-doce, feijão, abóbora, fumo, erva-mate e algodão. Os meios de produção eram essencialmente manuais, e a produção, destinada ao autoconsumo (MIGUEL, 2009).

Segundo Tesche (2007) a floresta com solos de boa fertilidade, fauna e flora abundante para a alimentação, era o habitat natural preferido do povo Guarani, pois também podia ser executado a agricultura, sendo que as áreas de campo onde prevaleciam os solos de baixa fertilidade, e não favoreciam os cultivos, serviam para a caça, coleta de frutas e raízes. Esse “cadastro patrimonial” foi certamente de grande utilidade para a ocupação econômica posterior da região (FRANZ, 1979).

Os espanhóis ao chegarem à região em torno de 1500, empregaram a força militar como mecanismo fundamental de dominação dos povos Guaranis. A formação de colonização espanhola se organizava em torno da obtenção de minérios preciosos do Alto Peru, provocando ocupação territorial, sujeição e exploração dos Guaranis, erradicação de espanhóis em terras cultiváveis destinadas à produção de bens de consumo para abastecer as frentes extrativistas e o mercado interno de Buenos Aires,

além do objetivo de criar vias de comunicação e transporte entre a região e esses lugares (TESCHE, 2007).

Em 1586 chegaram os Jesuítas na região de Assunção, visando reforçar a ocupação do território. Porém os Jesuítas discordam do método de escravidão dos Guaranis, convencendo o Rei Felipe III a interrompe-la e a autorizar a catequização dos índios, permitindo reuni-los em reduções, tornando-os produtivos e inseridos ao mercado como também, gerando impostos à Coroa Espanhola (TESCHE, 2007).

6.2 Sistema Agrário Indígena-jesuíta (1626 - 1752)

A civilização Jesuítica-guarani no Rio Grande do Sul, iniciou em 1626 com a fundação de São Nicolau. Depois de várias tentativas para atravessar o rio Uruguai o padre Roque Gonzáles fundou-a em 03 de maio de 1626. Esta redução estava situada entre os rios Ijuí e Piratini e contava com 280 famílias de guaranis no ato de sua fundação (PADILHA e TRENTIN, 2004). Até 1636 são fundadas dezoito reduções jesuíticas, sendo que esse movimento tinha como objetivo a catequese do índio, a sua conquista pelo convencimento cultural e religioso, inserindo-o de forma ativa e funcional na dinâmica expansionista do colonialismo mercantil (FRANTZ e SILVA NETO, 2005).

Se opondo ao método e aos objetivos dos jesuítas espanhóis, os bandeirantes portugueses (geralmente oriundos de São Paulo) entram em conflito com as reduções, pois segundo Frantz e Silva Neto (2005), os últimos desejavam apresar os índios para que servissem como escravos nas plantações de cana-de-açúcar do Nordeste e do centro da Colônia portuguesa, interesse impulsionado pelo controle do tráfico negreiro por parte dos Holandeses. Com a invasão dos bandeirantes os Jesuítas e os guaranis foram obrigados a migrarem para a margem direita do rio Uruguai e ficam 45 anos longe do território rio-grandense (PADILHA e TRENTIN, 2004).

Jesuítas e Guaranis, com a migração para a outra margem do rio Uruguai, deixaram para trás as primeiras reduções, com muito gado e estruturas montadas, que foi introduzido em meados de 1629 na atual Região das Missões, sendo que o gado, passou a se reproduzir livremente no território denominado de “Vacaria del Mar” (HAAS, 2008).

Os jesuítas espanhóis só retornam à margem esquerda do Rio Uruguai em 1682, quando criam os chamados Sete Povos das Missões, organização religiosa, econômica e sociocultural de grande sucesso (FRANTZ e SILVA NETO, 2005). Primeiro é construída a redução de São Francisco de Borja, depois refunda-se São Nicolau, em seguida funda-se São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo, a qual se tornaria mais tarde a principal e mais populosa dos Sete Povos. Em 1690, fundam-se as reduções de São Lourenço Mártir e São João Batista, esta última onde se localizou a principal fundição de ferro que fornecia os instrumentos e equipamentos para as demais reduções. E no ano de 1706, funda-se a última redução, a de Santo Ângelo Custódio (TESCHE, 2007).

A fundição do ferro na redução jesuítica de São João Batista, localizada onde é o atual território do município de Entre-Ijuís, representou à época, segundo Sousa (2015) objeto de mais importância que o ouro, pois dessa maneira, através da fundição conseguiriam resolver os problemas do cotidiano, fundindo implementos agrícolas, facas, anzóis, entre outras coisas de primeira necessidade.

Depois do Padre Antonio Sepp encontrar a pedra itacuru, ou pedra cupim, que era muito dura, porosa, construíram a fundição. Os índios extraíam o ferro, aquecendo a pedra itacuru, que era abundante na região. Dela faziam todo tipo de ferramenta, desde pregos, agulhas, armas, pontas de flechas, lanças e até mesmo sinos para a igreja (SOUSA, 2015).

Ainda foi introduzido pelos Jesuítas o trigo, a cevada, o linho e a cana-de-açúcar (utilizada para fazer aguardente) acrescentaram diversificação na produção de alimentos das aldeias, que continuavam baseadas em uma agricultura de corte e queima de floresta, com produção de milho, mandioca, feijão, abóbora e batata-doce. Também mantinha-se a produção de algodão e seu processamento nas tecelagens das reduções, bem como uma intensificação na coleta e processamento de erva-mate e posteriormente seu cultivo próxima à área das reduções (STAMBERG, 2006).

O bovino, o cavalo e a ovelha também introduzido pelos Jesuítas, passaram a ser criados nos campos da região e a ser reunidos nos locais que eram cercadas por muralhas ou cercas vivas de cactos. Da produção do gado provinha à carne, o couro e a tração para o trabalho na agricultura das reduções. O cavalo, além de sua grande importância no manejo das manadas de gado, serviu também para o transporte de

mercadorias (TESCHE, 2007).

Diante do que era produzido, Padilha e Trentin (2004) argumentam que a organização das reduções na margem esquerda do Rio Uruguai, na segunda fundação a partir de 1682, conhecidas como Sete Povos das Missões, foi de suma importância para o Rio Grande do Sul, tanto nos aspectos culturais, sociais como econômicos.

É nesse contexto de valorização econômica do território que os portugueses passam a desenvolver uma política mais efetiva de ocupação, firmando sua posição. O Tratado de Madrid (1750) consolida a posse portuguesa do Território das Missões dando origem à guerra guaranítica (FRANTZ e SILVA NETO, 2005), dizimando milhares de guaranis e pondo fim a esse sistema agrário.

6.3 Evolução e diferenciação do sistema agrário de campo

No sistema agrário da zona de campo do município de Entre-Ijuís, foram identificadas três unidades distintas, que seguem: Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro; Sistema Agrário Fazendas: pecuária extensiva; Sistema Agrário Contemporâneo: Trigo, Soja, Gado.

6.3.1 Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro (1800- 1900)

As reduções jesuíticas foram desmanteladas, mas deixaram um marco que, por muito tempo seria a base da economia do Rio Grande do Sul: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos, que se criavam soltos nos campos (ANDREATTA, 2003). Desta forma, Frantz e Silva Neto (2005) ressaltam que o sentido econômico desses animais é assegurado pela descoberta das minas (gerais), iniciando-se então a captura sistemática e desordenada dos mesmos, atividade exercida pelos tropeiros que passam a se movimentar em todas as direções do território missioneiro.

Nesse período a região que hoje pertence à Entre-Ijuís, certamente teve fundamental importância para a dinâmica econômica realizada à época pelos tropeiros por dois motivos. Em face à presença de uma redução jesuítica e de vastos campos com gado xucro passível de ser capturado onde hoje estão as comunidades do Rincão

dos Antunes, Carajazinho e São João, e em seguida pela existência de um lugar mais raso no Rio Ijuí para fazer a travessia utilizado pelos tropeiros, denominado “Passo do Ijuí”, sendo que mais tarde o vilarejo que ali se formava, hoje sede do município, levaria este título.

Na medida em que o negócio de fornecer animais em pé para o centro do país se expandiu, o rebanho xucro foi sendo devastado, tornando-se necessárias atividades que repusessem os animais de forma controlada, deste modo tropeiros bem-sucedidos viram perspectivas de melhorar seus negócios com a criação de gado. (FRANTZ e SILVA NETO, 2005).

Além disso, Zarth (1997) aponta que apropriação das terras e a formação das estâncias pastoris do sul do Brasil teve no seu bojo uma forte presença militar, que recebia como prêmio áreas de campo como incentivo para defender ou conquistar novas áreas dos castelhanos da bacia do Prata. O autor ainda ressalta que a conquista das missões em 1801 por milicianos gaúchos confirma as iniciativas locais de avançar sobre os campos nativos e do estabelecimento de estâncias sob a égide do militarismo.

A formação das estâncias, na região de campo das Missões, deu-se com a incorporação de terras do Planalto Central, com campos de solos menos férteis. Essa incorporação resultou na distância de portos para exportação do couro e das charqueadas, que se formam a partir de 1840. Tentando amenizar esse problema os estancieiros passam a se especializar na produção de muares, que são exportados para São Paulo e Minas Gerais, onde a cafeicultura, cana-de-açúcar e a mineração demandavam por animais de carga. Entretanto este comércio entra em declínio, rapidamente, com o crescimento e expansão do transporte ferroviário pelo país (FRANTZ, 1979).

A volta na priorização da produção de gado, dá-se no final do século XIX, com a formação de abatedouros de gado, para fabricação do charque, próximos à região. Os estancieiros, voltando à produção de gado, fazem algumas divisões nas pastagens, com cercas de arame farpado no lugar das valas na terra e também passam a marcar o gado com ferro quente, com símbolos que identificavam o proprietário (HAAS, 2008).

Frantz e Silva Neto (2005) ressaltam que melhoras nas condições de mercado da carne e da lã a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX

favoreceram a realização de investimentos e a melhoria das técnicas de criação, que aliada à introdução do transporte ferroviário, afetaram profundamente as relações de trabalho com a redução da necessidade da mão de obra para assegurar o funcionamento das estâncias. Generaliza-se o trabalho assalariado e multiplicam-se os sinais da presença de peões sem atividades permanentes. A miséria se faz visível nas regiões de campo. O somatório desses fatores, segundo Haas (2008) fizeram com que as charqueadas, com o avanço dos anos, foram dando espaço para os frigoríficos e a venda do gado em pé, provocando assim mudanças e a evolução no sistema agrário da pecuária na região de campo das Missões.

6.3.2 Sistema agrário de Fazendas: pecuária extensiva (1900 – 1960)

Esse sistema agrário teve como origem o processo de implantação de frigoríficos no Rio Grande do Sul, sendo que as novas exigências do mercado e o aumento da disponibilidade de bens e serviços permitiriam a melhoria dos sistemas de criação de bovinos implantados nas estâncias (MIGUEL, 2011).

No município de Entre-Ijuís, isso pode ser observado pelo cercamento dos campos, e conforme os dados da pesquisa, à época se fazia o transporte do rebanho de gado bovino até o frigorífico seguindo o curso das estradas vicinais, sendo que os animais eram conduzidos pelas cercas, que eram alambradas em torno de 15 metros da divisa com a estrada, e pelos peões montados a cavalo que direcionavam os mesmos pelos chamados, “corredores”.

No entanto, Haas (2008) aponta que com o crescimento da população urbana do país, o mercado passa a demandar por mais carne, e em função disso os pecuaristas da região tem um período de estabilidade econômica, até a crise no preço do gado devido à depressão econômica do mercado internacional de 1929.

A divisão das estâncias pelo processo de hereditariedade provocou uma diminuição no tamanho das áreas e do rebanho. Nesse sentido, o processo produtivo da pecuária extensiva, praticado na região nesse período, provocou extração de nutrientes do solo maior que a reposição via urina e esterco do gado, ocasionando a uma degradação das pastagens do campo nativo e provocando uma estagnação da produção no final da década de 1940 (PESAVENTO, 1978).

Frente a este novo contexto, de diminuição do lucro na atividade da pecuária, e por outro lado, o desenvolvimento da cultura do trigo neste período, muitos proprietários passaram a arrendar as terras para agricultores das áreas das “colônias”, os quais introduziram o cultivo de grãos na região de campo (HAAS, 2008). Isso foi possível se ser confirmado através das entrevistas históricas, que além de exporem este fato, também levantaram que colonos de municípios circunvizinhos à Entre-Ijuís passaram a cultivar as terras dos fazendeiros entre-ijuienses.

A crise do sistema agrário de fazendas com criação extensiva do gado bovino para corte na zona de campo, se deu em meados da década de 1950 a 1960, acompanhada de uma profunda revolução agrícola que chegava ao rural brasileiro e gaúcho. Calcada na teoria da modernização, a segunda revolução agrícola dos tempos modernos deu início às severas transformações na agricultura, incorporando às zonas de campo o cultivo de grãos mecanizado com a utilização de inúmeros produtos de origem industrial, dando início ao último sistema agrário que perdura até os dias atuais.

6.3.3 Sistema agrário Contemporâneo atual: trigo, soja, gado (1960 - 2016)

Esse sistema agrário, segundo Miguel (2013), tem início nos anos 1960/1970 e foi marcado pelo surgimento e expansão da Revolução Verde. Verificou-se uma melhoria nos sistemas de criação de gado de corte extensivos, com uma crescente utilização de insumos agrícolas de origem externa (adubos, vacinas, complementos minerais, etc.) e a disponibilização de novas tecnologias (inseminação, manejo das pastagens, suplementação mineral, etc.).

Contudo, Niederle (2007) ressalta que a crise da pecuária, aliada aos incentivos para a agricultura, especialmente à cultura do trigo, levaram muitos colonos a utilizar das novas tecnologias disponíveis, como o trator, arado, grade de disco, semeadeiras, colheitadeiras automotrizes, pulverizadores, uso de inseticidas, fungicidas e herbicidas, além do uso de fertilizantes químicos e calcário. Desta maneira há o avanço dos descendentes de imigrantes europeus (colonos) para as áreas de campo.

Alinhado com esta política de desenvolvimento agrícola, ao Estado coube a responsabilidade de financiar esse processo de industrialização nacional e a

modernização da agricultura. Para isso foram criados instrumentos de políticas públicas como o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, além da ABICAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Ligadas a ABICAR, formaram-se as entidades estaduais responsáveis pela assistência técnica, surgindo no estado do Rio Grande do Sul a ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – responsável pela extensão rural (levar as novas tecnologias da indústria e o crédito rural para os agricultores) (TESCHE, 2007).

Desde então o binômio trigo-soja, se tornou uma das principais atividades que movimentam a economia do município. A partir deste reordenamento da agropecuária missioneira, igualmente refletida em Entre-Ijuís, Niederle e Wesz Junior (2009) argumentam que se consolidou uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador, amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas.

O cultivo do trigo foi pioneiro nesta dinâmica, contudo a partir da década de 1960, a soja que foi introduzida na região de Santa Rosa começa a ganhar espaço pela difusão das técnicas oriundas da Revolução Verde, principalmente a correção da acidez dos Latossolos pela aplicação de calcário, que segundo relatos da população local, tem como referência no município de Entre-Ijuís a família Pizzoloto, que à época foi uma das pioneiras a realizar o transporte do calcário proveniente de Santa Maria para a aplicação nas áreas de cultivo.

A oleaginosa começou a ganhar cada vez mais espaço na paisagem campestre entre-ijuiense, sendo que, com o passar dos anos tornou-se a principal cultura a ocupar a superfície agrícola, intensificando-se o uso de tecnologias contemporâneas e industriais, como o plantio direto na palha, a transgenia e a agricultura de precisão, fazendo com que a paisagem natural de pequenas plantas herbáceas e gramíneas, dessem lugar à extensas áreas da leguminosa.

É importante ressaltar que o cultivo do trigo ainda se mantém, bem como a criação do gado bovino em sistema semi-intensivo, porém agora de forma consorciada, ou seja, no verão as áreas são majoritariamente destinadas ao cultivo da soja e no inverno para o cultivo do trigo ou pastagens para os animais.

6.4 Evolução e diferenciação do sistema agrário de mata

A zona de mata do município de Entre-Ijuís, que de acordo com a leitura de paisagem foi dividida em Zona de Mata 01 e Zona de Mata 02, não tem diferenças substanciais para que sejam divididas, contudo na área de mata 02 são identificadas maiores dificuldades de desenvolvimento da agricultura, devido às condições naturais da zona fisiográfica. Esta sessão, tratará sobre os dois principais sistemas agrários identificados.

6.4.1 Sistema Agrário Colonial Inicial (1825 - 1940)

Esse sistema agrário teve sua origem no processo de colonização das áreas de florestas por parte de colonos europeus, principalmente alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875). Esse sistema agrário compreende a fase inicial do processo de colonização, nitidamente marcado pela implantação dos estabelecimentos agrícolas em pequenas glebas (MIGUEL, 2013).

Desta maneira, Zarth (1997) afirma que a preocupação de criar colônias nas matas do Alto Uruguai como forma de povoar a fronteira com a Argentina sempre foi um objetivo do governo imperial e provincial durante o século XIX e já em 1825 malograra a fundação da colônia de São João das Missões, antiga redução jesuítica, esta que atualmente pertence ao território de Entre-Ijuís.

É importante ressaltar que a criação da referida colônia no ano de 1825 nas terras entre-ijuienses, avaliando com elementos históricos disponíveis na atualidade, certamente foi um evento muito precoce, ao passo em que a mesma tenha sido constituída um ano depois da criação da colônia de São Leopoldo (1824), a primeira do estado do Rio Grande do Sul, e além disso comparada às outras colônias formadas na região noroeste, como Ijuí (1890) e Cerro Largo (1902), ambas datam cerca de 70 anos de diferença.

Sobre a colônia de São João das Missões, Tramontini (2003) aponta que é um tema ainda muito confuso na historiografia, ponderando que os colonos enviados para São João, oriundos de São Leopoldo, desapareceram em decorrência da “má índole”. Nesse sentido o autor destaca que os “maus colonos” eram aqueles que através de

uma postura reivindicativa, revelavam as dificuldades peculiares da estrutura administrativa imperial. Desse modo, um dos recursos utilizados para impor a ordem na colônia foi o recrutamento para as Missões e a criação da Companhia de Voluntários Alemães, na qual houve o recrutamento forçado, especialmente de colonos solteiros perturbadores, “imorais” para lutar na Guerra da Cisplatina.

De acordo com os arquivos históricos do município, desta primeira tentativa de colonização ficaram residindo no local apenas as famílias de Ernesto Kruehl, Carlos Holsbach, Tristão Frederico Schmitt e João Bulgsdorph. E só meio século depois, paralelo à colonização das chamadas colônias novas, que começaram a chegar mais famílias de migrantes à Entre-Ijuís.

O processo de colonização do território das Missões se deu até meados do século XX através de um fluxo contínuo de migrantes de diversas etnias de origem europeia (principalmente alemães, italianos e poloneses) em busca de terras na última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul. Esse processo se deu em detrimento dos povos nativos, indígenas e caboclos, cujos remanescentes se inseriram nessa singular formação socioeconômica regional (CORAZZA, 2015; ROCHE, 1997; WENZEL, 1997). As terras logo valorizaram e mais proprietários loteavam suas terras ociosas aos compradores. A virada do século foi uma explosão de negócios de terra. Consequentemente a produção agrícola expandiu estrondosamente (ZARTH, 2000).

É nesse segundo período, em meados da década de 1900 que começam a chegar o segundo grupo de colonos oriundos da recém fundada colônia Ijuí ao território entre-ijuiense, que penetraram ao longo das terras de Coronel Barros e se distribuíram no decorrer das zonas de mata que o local dispunha. É necessário ressaltar que esse processo não foi organizado por uma comissão colonizadora, como foram nos municípios de Ijuí, Cerro Largo e São Pedro do Butiá, nos fazendo pressupor que as famílias que ali se estabeleceram, saíram em busca de áreas mais baratas ou disponíveis para ocupação, não tendo poder aquisitivo suficiente para adquirir um lote nas colônias organizadas.

A partir de pequenas propriedades familiares, e adotando o sistema de derrubada, queimada e pousio dos caboclos e indígenas, os colonos recém-chegados rapidamente desenvolvem uma policultura, onde o principal produto é o feijão, o porco para carne e banha, a mandioca e o milho, produtos destinados principalmente ao

autoconsumo.

Assentado nas informações históricas fornecidas pelos agricultores locais, uma peculiaridade da agricultura colonial deste local que se diferenciou das demais “colônias organizadas”, foi a não acumulação de capital baseada na criação do suíno tipo banha, que à época tinha alto valor comercial pela forte demanda do mercado nacional. Conforme o relato desses agricultores, o suíno e a banha era destinada apenas para a subsistência das famílias.

O declínio desse sistema agrário começa devido à intensa exploração da fertilidade do solo em função dos pousios excessivamente curtos, problemas associados às dificuldades de acesso a novos mercados, a divisão das propriedades com os filhos através da herança, e ao acirramento da concorrência de produtos coloniais nos mercados tradicionais. Dessa maneira a agricultura dos colonos enfrenta uma crise a partir dos anos 1940 (CALLEGARO e TREVISAN, 2005; CORAZZA, 2015) ponto fim a esse sistema agrário.

6.4.2 Sistema Agrário Colonial Contemporâneo (1960 – 2016)

As limitações e restrições para o aumento da produção agrícola são superadas com a intensificação do uso de insumos de origem industrial (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), a motomecanização (ainda que muitas vezes parcial), a modernização das instalações (aviários e pocilgas, estufas e galpões, etc.) e a adoção de plantas e animais selecionados. Constata-se certa especialização da agricultura colonial, em especial com o advento da integração com as agroindústrias (suínos, aves, etc.). Observa-se também o aparecimento de áreas de cultivo de grandes lavouras (sobretudo de soja e milho) (MIGUEL, 2013).

No caso de Entre-Ijuís, esse processo de modernização se traduz na substituição da policultura diversificada de produtos coloniais, pela expansão acelerada da triticultura e depois pelo binômio trigo-soja (CORAZZA, 2015).

A agricultura, globalmente, começa a superar a crise dos seus sistemas de produção, contudo é necessário salientar, que essa superação é muito desigual segundo a condição dos produtores. Para os que possuíam áreas suficientemente extensas e adequadas à mecanização, o acesso ao crédito subsidiado lhes permitia

a completa reorientação dos seus sistemas de produção com o cultivo da soja e do trigo. Já para os agricultores localizados em áreas mais acidentadas ou que possuíam áreas menores, essa reorientação foi muito mais difícil, sendo muitas vezes incompleta. (CALLEGARO e TREVISAN, 2005).

Corazza (2015) ainda salienta que a produção leiteira teve, também, um grande impulso no final dos anos 1970, especialmente através da criação da CCGL – Cooperativa Central Gaúcha de Laticínios, que expandiu suas atividades na região adquirindo outras empresas menores, sendo que ao lado da cadeia produtiva da pecuária de corte, sobretudo da produção de suínos, e em menor escala, a de bovinos e de aves, passam a expandir e atender o mercado regional e nacional.

O processo de modernização, analisado na região das Missões/RS, com todas as suas características, rompeu com o relativo sossego e com a vida pacata do campo e levou o homem rural a integrar-se num ritmo mais dinâmico, saindo de um contexto restrito, limitado, familiar, comunitário e inserindo-se num mundo comandado pelas bolsas de valores, um mundo de produtos que mudavam a cada ano e que custavam sempre mais (PADILHA e TRENTIN, 2013).

A partir dos anos 1980, com a queda dos subsídios ao crédito rural (que eram destinados principalmente à soja e ao trigo), aumenta o contingente de agricultores que não consegue se manter na atividade agrícola. E apesar da crescente importância da produção leiteira, especialmente a partir de 1990, as agroindústrias de laticínios passam a exigir que cada unidade de produção entregue volumes cada vez maiores, forçando também a adoção de um padrão tecnológico inadequado para produções em menor escala. Ao mesmo tempo as integradoras de suinocultores continuam a promover uma forte concentração no setor, impondo um padrão tecnológico e escalas de produção inacessíveis aos agricultores menos capitalizados (CALLEGARO e TREVISAN, 2005).

7. TIPOLOGIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

7.1. Minifundiário – Subsistência/Força de trabalho

Esta categoria social tem origem nos agricultores marginalizados ao longo do

processo de colonização do território entre-ljuicense. São famílias descendentes dos caboclos, peões e capatazes das estancias e fazendas, que depois do declínio deste sistema agrário, ocuparam pequenas porções de terra geralmente nas encostas dos rios, na beira de estradas, ou nas terras menos férteis e mais declivosas.

Ainda compõe esta tipologia as famílias descendentes de colonos, pois com o avanço do binômio trigo-soja e da especialização da produção leiteira e suinícola integrada, inúmeras unidades de produção familiares não conseguiram acompanhar o incremento das novas tecnologias e acabaram passando por um constante processo de descapitalização e crise, forçando muitos colonos a venderem suas terras, que aliado ao regime de partilha por herança, impossibilitou a sobrevivência das mesmas apenas nas pequenas áreas remanescentes.

As unidades de produção desta categoria social geralmente têm em torno de 2 a 5 hectares de Superfície Agrícola Útil (SAU) e estão presentes nas três Zonas Sócioagroambientais de Entre-ljuís descritas por este trabalho. As propriedades contam com pouca infraestrutura sendo basicamente composta pela casa e o galpão, sendo que a agricultura é praticada com pouca ou nenhuma mecanização.

A produção agropecuária desse sistema é basicamente para a subsistência das famílias, sendo que a renda necessária para alcançar o nível de reprodução social não é alcançada apenas pela atividade agrícola, tendo que os membros da família vender sua mão-de-obra fora da propriedade para complementá-la.

Esta categoria social também é excluída dos programas de financiamento e custeio agrícola, como o Pronaf, pois geralmente a terra em que ocupam não é escriturada em cartório, os membros da família não são organizados nos sindicatos de classe, e em alguns casos são semianalfabetos, restando apenas os programas de distribuição de renda que os mesmos podem acessar, como o Programa Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, implementados apenas no último decênio.

7.2. Familiar – Policultura/Agroindústria

Com o advento da segunda revolução agrícola dos tempos modernos, que impulsionou a especialização e a modernização dos sistemas de produção, as famílias que não deixaram o meio rural tiveram de procurar alternativas para a manutenção da

renda familiar e encontraram na diversificação de suas propriedades e na agroindustrialização uma estratégia rentável para inserir-se no mercado, produzindo alimentos e comercializando de forma direta com o consumidor ou através do varejo na zona urbana.

O sistema de produção baseado na Policultura e Agroindústrias de pequeno porte é composto por unidades de produção com Superfície Agrícola Útil (SAU) que possuem em torno de 05 a 20 hectares. Localizada principalmente na Zona Sócioagroambiental de Mata 01, utilizam-se exclusivamente da mão-de-obra familiar, mas em alguns casos, principalmente nas agroindústrias, ocorre a contratação temporária da mão-de-obra de vizinhos para auxiliar no processo produtivo.

Os principais cultivos desse sistema de produção são os hortifrutigranjeiros em geral, destacando-se a mandioca, o feijão, a abóbora, a alface, a batata-doce, o milho e as frutas cítricas. Na maioria das propriedades o preparo do solo é realizado com mecanização de pequeno porte, com tração animal ou de forma manual. Ainda compõe esse sistema as atividades ligadas à pecuária familiar, destacando-se a produção de leite, suíno, gado de corte, peixe, ovos e frango caipira, sendo que esta produção é destinada para subsistência das famílias, trocas recíprocas entre vizinhos e para o comércio informal nas propriedades e na zona urbana do município.

As agroindústrias por sua vez, vêm tomando cada vez mais espaço no território entre-ijuiense. Através de incentivos de programas estaduais, federais e municipais no último decênio, vários empreendimentos estão legalizados e em processo de legalização, destacando-se as agroindústrias de farináceos, derivados de cana-de-açúcar, derivados de uva, embutidos de carne, mandioca e ovos.

Compreendendo a atividade como uma estratégia para agregar valor aos produtos, a estrutura física das agroindústrias ainda é ponto de discussão no município. Geralmente os produtores desse sistema são descapitalizados, tendo dificuldades de implementar as exigências dos órgãos sanitários do Estado. Contudo há um avanço considerável nessa questão devido à garantia de venda para o Programa e Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAES), além dos incentivos do Governo Municipal e da EMATER/Ascar.

7.3. Familiar – Leite/Grãos Mecanização Incompleta

Esse sistema de produção é fruto da primeira reconversão tecnológica da integração indústria-agricultura ocorrido no setor leiteiro a partir dos anos 1990; da implementação da normativa nº 51 em 2002 e normativa nº 62 em 2011 pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); e da ofensiva do Ministério Público e dos órgãos de fiscalização sanitária pelas fraudes no leite ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2015 e 2016 que levaram muitas empresas de pequeno porte à falência e conseqüentemente muitos agricultores.

A partir desse processo, inúmeras famílias produtoras de leite desistiram da atividade por não conseguirem reorientar seus sistemas de produção, contudo aquelas famílias que resistiram aos fatores de especialização e exclusão e mantiveram-se no setor, ainda passam por dificuldades de ordem financeira, sendo dependentes do crédito rural (Pronaf) para financiar as operações do ano agrícola.

Baseado na pecuária de leite, e na produção de grãos em pequena escala com mecanização incompleta, as unidades de produção que compõe este sistema geralmente tem em torno de 10 a 20 hectares de Superfície Agrícola Útil (SAU) e localizam-se na Zona Sócioagroambiental de Mata 01 e 02. As raças majoritárias encontradas nestas unidades de produção são a Jersey e a Holandesa, contudo ainda é encontrado vários cruzamentos com Gir Leiteiro e Girolando e outras Sem Raça Definida (SRD), comumente denominadas de “mestiças” ou “crioulas”. Os rebanhos variam de 8 a 15 vacas em lactação, com um rendimento médio de 13l/vaca/dia.

Para esta tipologia, a comercialização do leite *in natura* é a principal fonte de renda para garantir o nível de reprodução social das famílias, sendo a produção de grãos um complemento para ocupar as áreas que ocasionalmente não são utilizadas pela pecuária leiteira. No verão o cultivo da soja é predominante, logo após vem o milho para grão ou para silagem, e no inverno gramíneas, como a cultura do Trigo, Aveia e Azevém. A contratação de horas/máquina de vizinhos para realizar as operações de pulverização de agrotóxicos e a colheita é comum nessas áreas.

Quanto às instalações das propriedades, as mesmas se encontram geralmente em bom estado de conservação, tendo à disposição para o desenvolvimento da atividade galpão para a ordenha e equipamentos específicos, como ordenhadeira,

resfriador à granel e triturador de pasto e grãos. Nesse sistema a alimentação dos animais se dá basicamente através da forragem fornecida livremente durante o pastejo no inverno, volumoso cortado e distribuído no potreiro, e do fornecimento de farelo de trigo e em alguns casos ração concentrada e complemento mineral.

7.4. Familiar – Leite/Grãos Mecanização Completa

Este sistema de produção é caracterizado pela total reconversão tecnológica proposta pela segunda revolução agrícola, ou seja, a integração dos produtos de origem industrial se deu na atividade leiteira e na produção de grãos de forma completa. A Superfície Agrícola Útil (SAU) dessas unidades de produção varia de 30 a 60 hectares e a mão-de-obra apesar de majoritariamente familiar, em diversas vezes do ano agrícola é complementada com mão-de-obra contratada para atividades que exigem mais força de trabalho.

O rebanho leiteiro é composto normalmente por 20 vacas em lactação sendo que a média de produtividade varia em torno de 18l/vaca/dia. É pertinente salientar que a raça predominante desse sistema de produção é a Holandesa seguido da raça Jersey, com um bom potencial genético e uma alimentação baseada na pastagem perene e temporária, silagem de milho e ração concentrada, ainda complementada com sal mineral. A estrutura para atividade leiteira é completa, sendo composta por sala de ordenha, resfriador à granel, ordenhadeira com dois ou mais conjuntos, etc. A sanidade animal é controlada por medicamentos veterinários e acompanhada por profissionais da área, que prestam assistência técnica para as unidades de produção seguindo a linha da especialização.

Os principais maquinários e implementos utilizados na atividade leiteira, para o plantio das pastagens, adubação, plantio, cultivo e ensilamento da forragem, também são utilizados para as operações que concernem a produção de grãos. Estes geralmente são de médio porte tomando como referência a agricultura regional, como trator de 75 a 95cv, semeadora-adubadora de arrasto com 7 a 10 linhas de plantio, pulverizadores hidráulicos com capacidade de 800 litros de calda e por fim colhedora automotriz com 15 a 18 pés de corte.

A produção dos grãos desse sistema é comercializada nas empresas agrícolas

do município, que mantém unidades de recebimento na zona rural e urbana do mesmo. Nesse sentido, a integração ocorre ao passo que estas mesmas empresas fornecem os insumos necessários para o cultivo, como a semente fiscalizada, o adubo mineral, o calcário e os agrotóxicos e depois recebem o produto colhido para ser transportado e comercializado, geralmente no porto de Rio Grande/RS para os países Asiáticos.

7.5. Patronal – Grãos/ Pecuária de corte

Majoritariamente presente na Zona Sócioagroambiental de Campo de Entre-Ijuís, este sistema de produção é oriundo da crise da pecuária extensiva na década de 1960, e ao longo do tempo, pela substituição desse sistema pelas tecnologias modernas da segunda revolução agrícola dos tempos modernos. Nesse processo o calcário foi central na possibilidade do cultivo de grãos nas áreas campestres do município, onde o solo é predominantemente do tipo Latossolo, ou seja, um solo muito intemperizado e de acidez elevada.

Os estabelecimentos pertencentes a este sistema de produção possuem Superfície Agrícola Útil (SAU) em torno de 200 a 3.000 hectares. A mão-de-obra para a realização das atividades é contratada fixa, e temporária nos períodos do plantio e da colheita que requerem mais força de trabalho.

As unidades de produção desse sistema destacam-se por apresentar alto nível de capitalização e mecanização. Para a produção de grãos estão presentes as últimas tecnologias lançadas no mercado atualmente, como tratores com 150cv, caminhões Truck, autopropelidos com capacidade de 2500 litros de calda, colhedora automotriz axial, semeadora-adubadora de precisão e utilização de GPS para as operações agrícolas, além da aplicação completa do pacote tecnológico conforme itinerário técnico das empresas do setor agropecuário.

É pertinente ressaltar que a produção de grãos dessas unidades pode ser armazenada na própria propriedade, visto que muitas delas possuem silos graneleiros, o que possibilita a esses agricultores estocar a própria semente ou vender os produtos quando o preço das *commodities* estiverem mais favoráveis no mercado.

A atividade da pecuária de corte é desenvolvida como uma fonte secundária de renda agrícola, em sistema semi-intensivo, sendo que no verão o rebanho é mantido

no campo nativo e no inverno nas pastagens cultivadas. A alimentação dos animais ainda complementada por sal mineral e em algumas unidades de produção por forragem ensilada. Há também nesse sistema a recria de bovinos apenas no inverno, ou seja, a compra de animais magros para a internada nas pastagens.

8. AS FACES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA ENTRE-IJUIENSE

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento rural é historicamente orientado, o estudo realizado no município de Entre-Ijuís permitiu identificar sete (07) sistemas agrários distintos na zona de campo e na zona de mata que evoluíram e diferenciaram-se ao longo do tempo, e resultaram em dois (02) sistemas agrários atuais que estão divididos conforme a condição fisiográfica que o local dispõe.

Esta condição fisiográfica peculiar do município de Entre-Ijuís, e de alguns municípios da Região das Missões, é denominada segundo Miguel (2009) de áreas de tensão ecológica, ou seja, há a presença de áreas originalmente cobertas por uma vegetação de campos, e áreas cobertas por vegetação de floresta, porém, a evolução dos sistemas agrários nesses dois espaços ocorre de forma simultânea e concomitante.

A ocupação da zona de campo no município deu origem às primeiras práticas agropecuárias de que se tem registro. A presença indígena na região e logo após a construção de uma Redução Jesuítica no território entre-ijuiense, fundada em 1697, foi um marco importante pela introdução do gado bovino e pela prática da criação para corte. Certamente um dos principais atributos deixados pelo povo guarani que possibilitou o surgimento do Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro e posteriormente do Sistema Agrário de Fazendas: pecuária extensiva.

O período em que compreende estes dois últimos sistemas agrários citados (1800 – 1960), onde a criação do gado esteve em seu ápice, ocorrem dois marcos importantes na evolução e diferenciação dos sistemas agrários deste local, sendo necessário comentá-los. O primeiro refere-se ao Sistema Agrário Tropeiro-estancieiro, que é o cercamento dos campos, modificando as relações de trabalho nas estâncias e reduzindo a necessidade de peões e capatazes para garantir o seu funcionamento. E o segundo refere-se ao Sistema Agrário de Fazendas: pecuária extensiva, que foi

substituído pela agricultura mecanizada e dispensou mais força de trabalho do campo, dando origem ao Sistema Agrário Contemporâneo: Trigo, Soja, Gado.

Esse contingente de trabalhadores sem-terra, geralmente caboclos, restava o êxodo rural, ou integrar-se ao regime comumente chamado de “agregado”, onde o proprietário da fazenda cedia uma pequena gleba de terra em troca de serviços prestados ou parte da sua produção de alimentos. Frantz e Silva Neto (2005) argumentam que esse sujeito foi significativo tanto para o funcionamento das estâncias quanto para o processo de colonização das terras de mata, bem como para a viabilização inicial das granjas de trigo e soja em meados de 1950.

A metade norte do município de Entre-Ijuís, aqui denominada de Zonas Sócioagroambientais 01 e 02 que compreende a parte fisiográfica de mata, teve o seu processo de colonização iniciado em 1825 com a Colônia de São João das Missões, contudo, devido à falta de estrutura oferecida pelo Império, o projeto não logrou êxito. Apenas em meados de 1900, depois da implementação da colônia Ijuí começaram a chegar ao território entre-ijuiense colonos alemães e italianos oriundos das colônias velhas, próximas à São Leopoldo.

O Sistema Agrário Colonial Inicial neste caso, foi diferente das colônias organizadas, onde o principal produto de acumulação de capital à época era a comercialização da banha de porco. Nesse período a agricultura foi praticada pelos colonos apenas para a subsistência, não tendo nenhum fator claro de acumulação de capital. Em meados de 1940, esta agricultura colonial entra em crise principalmente pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos, dando início ao Sistema Agrário Colonial Contemporâneo pela introdução dos fertilizantes químicos, dos agrotóxicos, das sementes selecionadas, da mecanização e por último da especialização da produção suinícola e leiteira através da integração com a indústria.

A origem dos dois últimos sistemas agrários contemporâneos presentes nas zonas de campo e de mata do município de Entre-Ijuís, foi o início da segunda revolução agrícola dos tempos modernos, implementado no Brasil a partir de 1960 e 1970. Nesse período a maior parte das unidades de produção recorreu as políticas setoriais ofertadas pelo Estado para aquisição de tecnologia através do crédito altamente subsidiado.

A incorporação dos preceitos da segunda revolução agrícola não se deu, porém,

em um processo de desenvolvimento geral e harmonioso, dado que dentre os múltiplos estabelecimentos agrícolas, apenas uma ínfima minoria conseguiu ultrapassar todas as etapas desse desenvolvimento (MAZOYER e ROUDART, 2010), sendo que isso pode ser observado dentro de uma mesma zona fisiográfica.

A Zona Sócioagroambiental de Mata 01 por ter as condições naturais como solo menos profundo (Neossolo Litólico e Neossolo Regolítico), algumas áreas com afloramento rochoso e ainda relevo ondulado a forte ondulado, somam um conjunto de fatores não favoráveis ao que seria ideal à aplicação do pacote tecnológico da segunda revolução agrícola. Nesse sentido o acesso ao crédito rural a estes produtores foi limitado ou muitas vezes inexistente e dezenas de unidades de produção localizadas nesta zona não conseguiram ingressar por completo nas transformações que o projeto modernizante impulsionava.

O reflexo desta realidade é facilmente observado no município, ao passo que atualmente nesta zona estão localizadas as unidades de produção mais modestas e sem muito investimento em infraestrutura. As categorias sociais predominantes são os minifundiários que não alcançam o nível de reprodução social apenas com a renda agrícola tendo de vender a sua mão-de-obra, os familiares policultores de hortifrutigranjeiros e os que agroindustrializam sua produção e por último os familiares que tem na pecuária leiteira e produção de grãos com mecanização incompleta a sua principal fonte de renda. Três categorias de produtores que não ingressaram ou ingressaram de forma incompleta no pacote proposto.

Contudo, na Zona Sócioagroambiental de Mata 02, onde o solo é predominantemente profundo (Latosolo) e o relevo é suave ondulado a ondulado, mesmo com condições muito semelhantes de colonização da Zona 01, a agricultura local teve os atributos necessários para a aplicação do pacote tecnológico de forma integral. Salvo exceções, nesta zona a categoria social predominante é a familiar produtora de leite e grãos com mecanização completa, sendo que as unidades de produção são mais capitalizadas e melhor estruturadas.

A compreensão histórica da evolução da agricultura, evidencia as condicionantes para a larga diferenciação social encontrada entre as categorias sociais presentes no município de Entre-Ijuís. A expressão desta diferenciação é latente na Zona Sócioagroambiental de Campo, onde a singular formação agrária é

composta por unidades de produção patronais e por minifundiários. Esta zona teve todas as condições favoráveis para a aplicação do pacote tecnológico da segunda revolução agrícola. Solos profundos (Latossolo), relevo suave ondulado, largo acesso ao custeio agrícola, mobilidade de capital inicial e mão-de-obra disponível, refletindo nos dias atuais em grandes propriedades tecnificadas e outras com severas dificuldades socioeconômicas.

Apesar das condições naturais do espaço agrário (solo, relevo, hidrografia), que condicionam o desenvolvimento da agricultura, e impõe limites ou possibilidades para determinadas categorias de agricultores evoluírem ou não, o Estado também cumpriu papel importante nesse processo. A desigualdade social observada no território entre-ijuense é fruto de políticas públicas seletivas, que acabaram por excluir os agricultores menos capitalizados. Este assunto é abordado por Mazoyer e Roudart (1997), onde os autores relatam que o desenvolvimento é desigual quando certos estabelecimentos progredem muito mais rapidamente que outros e contraditório quando certos estabelecimentos progredem enquanto outros estão em crise e regredem. Conforme Silva Neto e Basso (2005) talvez a situação mais comum nos sistemas agrários contemporâneos seja uma acumulação de capital desigual e muitas vezes contraditória entre as unidades de produção, em que o desenvolvimento de alguns tipos de agricultores é acompanhado pela crise de outros, ou seja, um processo de desenvolvimento-e-crise.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Entre-Ijuís, e dos elementos levantados por este estudo, é possível afirmar que a crescente tendência ao êxodo rural das famílias, apontado pelos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, onde a população rural decresceu em aproximadamente 20%, tem ligação direta com os seguintes fatores: a concentração dos meios de produção e a especialização produtiva promovida pela segunda revolução agrícola, levando a um processo constante de descapitalização e crise destes sistemas de produção.

Contudo, paralelo a essa dinâmica, há sistemas de produção que se

sobressaem evoluem e se diferenciam, muitas vezes passando da categoria social familiar para a patronal devido à total “modernização” do seu sistema produtivo, dos fatores de produção disponíveis, da condição natural do território em que está assentado, etc. Nesse sentido, o êxodo rural aliado ao progresso de apenas parcela dos sistemas de produção, nos permite afirmar que há uma tendência à promoção da concentração fundiária no município, tomando como referência o índice de Gini agrário apresentado pelo INCRA para o município de Entre-Ijuís de 0,622 no ano de 2012.

Nesse sentido, o aumento da produtividade do trabalho das pessoas (através da tecnologia) pode não ser suficiente para que haja um progresso da produtividade global. Portanto com a diminuição de pessoas empregadas no meio rural e a redução das unidades de produção que vão sendo anexadas às maiores, o valor agregado oriundo destas deixa de existir e conseqüentemente de ser distribuído para o conjunto da sociedade na forma de salários (trabalhadores), impostos (estado), juros (bancos), e na própria forma de renda dos agricultores, que deixam de dinamizar a economia municipal e regional.

Desta maneira, compreendendo a trajetória do desenvolvimento da agricultura, alicerçado no conjunto de concepções que constituem a teoria dos sistemas agrários, é mister a elaboração de projetos de desenvolvimento que considere a heterogeneidade social e a complexidade presente no meio agrário, antagônico aos pressupostos da teoria da modernização que promoveu intervenções demasiadamente homogeneizantes. Para isso os agentes econômicos e do Estado, protagonistas da formulação desses projetos, devem necessariamente incluir as diferentes categorias sociais de agricultores na discussão, levando em consideração os distintos interesses dessas categorias no planejamento.

Para dar suporte a elaboração desses projetos, deve ser efetuado ainda a análise econômica dos principais sistemas de produção, procedimento que não foi o objetivo principal deste trabalho, mas que será desenvolvido de forma oportuna no próximo período. A partir da avaliação da análise econômica, podem ser elaboradas intervenções cujo objetivo proporcione o aumento da renda agrícola dos agricultores através da geração do valor agregado, impulsionando as atividades adequadas pactuadas entre os agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. 1995. APA, p. 33 – 55.

BELIK, W.; PAULILO, L. F. **O Financiamento da produção agrícola brasileira na década de 1990: ajuste e seletividade**. In: LEITE, S. P. (Org). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-120.

CALLEGARO, S.S.; TREVISAN, L. P. **Análise-Diagnóstico da Agricultura de Santa Rosa**. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Editora UNIJUÍ, v. 1, p. 259-268. 2005.

CARDOSO, J. L. **Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59 -74, mar/abr 1994.

CORAZZA, G. **Fronteira Sul: traços da formação econômica**. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Org.). História da Fronteira Sul – Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Edufba, 2007.

FERREIRA, José RC. **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento**, PGDR/UFRGS, 2001.

FIGUEREDO, Oscar Agustín Torres; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural a partir da perspectiva sistêmica**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. 2007.

FRANTZ, T. R. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUÍ**. Ijuí: FIDENE, 1982. 233 p.

FRANTZ. T. R. **Evolução da Pecuária no Planalto Gaúcho**. Ensaio de Interpretação

Histórica. Ijuí: Fidene, 1979. (Série Cadernos da Fidene).

FREITAS, Claro Luiz de. **Mudanças na posse da terra e capitalização da agricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Economia Rural do Centro de Estudos e Pesquisa Econômicas–IEPE/UFRGS, 1983.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

GRAZIANO DA SILVA .J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”) 2000.

HENNING, Cristiane De Conti. **Dinâmica agrária e desenvolvimento local: emergência e efeitos econômicos diretos e indiretos da agroindustrialização familiar de pequeno porte em Constantina-RS**. 2011.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. Geo Uerj, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo, do Neolítico à Crise Contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MERTZ, Marli. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul - um sistema agrário "colonial"**. Ensaio FEE, v. 25, n. 1, 2004.

MIGUEL, L. A. **Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul**. In: Séminaire franco-brésilien: Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France, 2013, **Anais**, Paris: AgroParisTech, 2013.

MIGUEL, L. de A. (Org.) **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Curso de Graduação em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NEUMANN, Pedro Selvino; SILVEIRA, Paulo Roberto. **Gestão da unidade de**

produção familiar I. Santa Maria, UFSM, 2010.

NEVES, Fabricio Monteiro; BINKOWSKI, Patricia. **A modernização da Agricultura e os eixos temáticos** In: ALMEIDA, Jalcione (Org). A modernização da Agricultura. PLAGEDER/UFRGS, 2011.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões,RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

NIEDERLE, P. A.; JUNIOR, V. J. W. **A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida.** Redes, v. 14, n. 3, p. 75-102, 2009.

OLIVEIRA, Ana Leticia de; DAMBRÓS, Cristiane; MIORIN, Vera Maria Favila. **A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS – Um estudo comparativo no RS.** UFSM, V Encontro de Grupos de Pesquisa, 2009.

PADILHA, Paulo Roberto Paim; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões/RS.** In: XLII Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural, Cuiabá-MT. 2004.

PESAVENTO, S. J. **Charqueadas, Frigoríficos e Criadores: um estudo sobre a Republica Velha Gaúcha.** Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1978.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 30, n. 2, 2007.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, Janaina Sant'Ana Maia; VALERIANO, Dalton de Morisson. **Análise da paisagem de um corredor ecológico na Serra da Mantiqueira.** MAIA, v. 528, p. 7, 2003.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí: Unijui, 2005.

SILVA NETO, Benedito. **Análise-diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico**. Desenvolvimento em Questão, v. 5, n. 9, p. 33-58, 2007.

SILVA NETO, Benedito. **Sistemas Agrários e Agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS)**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 9, n. 2, p. 15-29, 2014.

SILVA NETO, Benedito; DE LIMA, Arlindo Prestes; BASSO, David. **Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura**. Extensão Rural, n. 4, p. 14, 1997.

SILVA NETO, Benedito; STAMBERG, Adilson Ribeiro Paz; DE OLIVEIRA, Angélica. **Dinâmica do sistema agrário e transformações da agricultura familiar do município de Santo Antônio das Missões, rs**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 24, n. 1/3, p. 77-114, 2007.

SOUZA, Raquel Pedroso; **Sítio Arqueológico de São João Batista: A história da primeira Fundação de ferro do Sul da América feita por índios**, 2015. Disponível em: <https://social.shorthand.com/kekellp/uyahFEUXTY/sitio-arqueologico-de-sao-joao-batista>. Acesso em 13 de outubro de 2016.

STAMBERG, A. R. P. **A Dinâmica da agricultura do município de Santo Antonio das Missões/RS: análise e contribuições para a definição de linhas estratégicas para o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2006.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica AGB-TL, v. 1, n. 2, p. 21-42, 2005.

TESCHE, Rubens Wladimir. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores**

de leite do município de Sete de Setembro/RS. UFRGS, 2007.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização de São Leopoldo**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850 (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

TRENTIN, I. C. L.; PADILHA, P. R. P. **Agroindústria Familiar Orgânica e Estratégias de Marketing E Comercialização**. In: 44th Congress, July 23-27, 2006, Anais... Fortaleza, Ceará, Brazil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006.

WENZEL, E.G. **Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul**. Tese. (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade de São Paulo, 1997.

ZARTH, P. A. **“Povoar o Sertão”**: uma estratégia para a fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA. Porto Alegre, Anais... 2000.